

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL





LISBOA

revista municipal

ANO XLVII — 2.ª SÉRIE — N.º 17 — 3.º TRIMESTRE DE 1986 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

TERCENAS DE LISBOA — II • O CHAFARIZ
DE EL-REI • O TERMO «GALÉ» EM DOIS
TOPÓNIMOS DE LISBOA • DEAMBULAÇÕES
PELA LISBOA SETECENTISTA — O COMÉRCIO E
O ARTESANATO, AO REENCONTRO DE
UMA VIVÊNCIA QUOTIDIANA • DE LISBOA
AO CAMPO — AS CASAS DE CESÁRIO
VERDE • 100 ANOS DO MONUMENTO DOS
RESTAURADORES • LISBOA — NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 2000 ex.



Rossio

TERCENAS DE LISBOA

— II

TERCENAS DE D. AFONSO IV — Um documento do ano de 1329 mostra que o campo que ficava ao extremo da Oira ainda não estava ocupado pelas tercenas.

«Dom Afonso... a vos Pedreanes gago Alvazil de Lixbõa... sabede... me disserom... que aquel canpo que esta a cabo dooyra en que secam o pescado he desse Concelho e que as cousas que sse en el fazem ssam muj daninhas... tenho por bem e mando vos que vos catedes hũu logar desse Concelho que sseia convenhãvil... E o Concelho faça desse canpo aquilo que entender... E porque me disserom que queriam fazer hi casarias, sse as hj quiserem fazer trabalhade que sse façam en tal gissa que sseiam as Ruas bem espaçosas que possam, as gentes per elas andar e cavalgar ssen embargo e que leixem grande espaço entre as casas e as taracenas outrossy fazedre que leixem contra o mar espaço tam grande que possam andar as gentes...»⁽²⁾

Se bem interpreto o texto, direi que as tercenas ocupavam nos primeiros anos do reinado de D. Afonso IV quase todo o lugar da Oira, ao cabo do qual ainda exis-

tia um campo sem construções, que o concelho destinara para seca do pescado. Parece que D. Afonso IV teria pretensões de expandir as tercenas, e, caso o Concelho autorizasse que se erguessem casas nesse campo, ir-lhe-ia criar embaraços. Para evitar isso, manda tirar desse campo a seca do pescado, e manda que se deixe um grande espaço entre as tercenas e as casas, se o Concelho as entendesse mandar fazer; e ainda que entre as casas e o rio ficasse um bom espaço desimpedido.

No seguimento desta determinação régia, é de supor que se tenha destinado o espaço para construção das casas do Concelho, e para a rua, ficando para o lado das tercenas o tal grande espaço de que se fala no documento.

Ora creio que este «grande espaço» do antigo campo da seca do pescado, deva ser o campo que o Concelho cede a D. Afonso IV, no ano de 1352, para aí fazer tercenas para quatro galés.

«Em nome de deus amen Sabham quantos esta carta descambo virem que Nos alvazijs e vereadores e procurador do Concelho... Véendo e consijrando que hũu Canpo que o dicto Concelho ha

na dicta Cidade no logo que chamam a Oira enno qual canpo nosso Senhor El Rey Dom Afonso o quarto soe de tẽer suas Galées era compridoiro ao dicto Senhor pera serviço de deus e sseu e prol e deffendjmento da ssa terra Outrossy veendo hũu scambho que o dicto Senhor Rey Dom Afonso fez com o dicto Concelho pelo dicto Canpo convem a ssaber que lhy quiijta pera senpre a Jugada que o dicto Senhor avya do pam que o dicto Concelho avya no alqueydam termo da dicta cidade que som em cada hũu anno trijnta moyos de pam meyado Deron em scambho ao dicto Senhor Rey o dicto canpo pelas divisões que hy som postas de guisa que possam hy fazer Taracena pera starem quatro Galées Outrossi o canpo em que sseem as Casas em que El Rey tem a madeira. Juntas com o muro das Taracenas e hũa Casa que he contra o mar que fez o almoxarife da Taracena para teer madeira Que el e todos seus sucessores que depos el véérem aiam os dictos Campos pera senpre e a dicta Casa...»⁽³⁾

Pelo teor do documento teremos de concluir que já de há muito D. Afonso IV tinha aumentado as tercenas para esse campo ao cabo da Oira⁽⁴⁾, construindo as Casas das Madeiras junto ao muro, e mais uma outra, que fez o almoxarife, «que he contra o mar», parecendo sugerir-se por este modo de as separar, que o muro que cingia as tercenas a poente não vedaria por completo as casas das tercenas na direcção do rio; ou então, que já se houvesse feito aterro suficiente para permitir novas construções. São hipóteses a considerar por quem queira debruçar-se em estudo mais aturado sobre as tercenas.

É evidente a impossibilidade de localizar estes campos, ou melhor dizendo, de os delimitar. Mas uma coisa é certa: no lugar a que chamavam Oira havia vários campos, isto é, como diz Moraes (Dic.), espaços de terra baixa, plana ou pouco accidentada sem edifícios, nem arvoredo.

Todavia, se partirmos do principio que o muro das tercenas, a poente, seguiria um alinhamento muito próximo, e paralelo, à fachada da actual Câmara Municipal, desde a porta da Igreja de S. Julião até, quem sabe, à porta da Câmara, pouco mais ou menos, as Casas da Madeira teriam ocupado parte do espaço do actual largo de S. Julião e do Município; a outra Casa da Madeira construída pelo almoxarife para lá do muro, essa não me arrisco a localizar, se bem que, intuitiva-



Pintura de Sousa Lopes representando um episódio do cerco posto a Lisboa pelos castelhanos em 1384. Quadro do Museu Militar de Lisboa.

mente, sejam levados a imaginá-la no seguimento das anteriores, embora separada; o campo no qual D. Afonso IV costumava ter as suas galés seria a metade sul da actual Praça do Município até à beira do rio (espaço que nessa época não teria qualquer muro ou muralha), e que, para poente, iria até ao arruamento mencionado no doc. de 1329 (para oriente ficavam as tercenas de D. Dinis) ⁽²³⁾.

Nota — Ainda em relação a estes campos, e à Porta da Oira, creio avisado anotar-se desde já um pequeno lapso de leitura cometido por Freire de Oliveira — *Elementos*, vol. I, pg. 99 — lendo no documento de 1329, «campo à Porta da Oira» em vez de «campo a cabo d'oira», conforme o documento original existente no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Por isso, admite a existência de uma Porta da Oira no muro de D. Dinis. E, Vieira da Silva, *Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, pg. 65, baseando-se em F. de Oliveira, deduz, logicamente, a possível existência de uma antiga muralha neste local, e onde se abriria esta Porta. Deste modo, e para efeito deste trabalho, eu só considero Porta da Oira

aquela que, com tal nome, se abriu na muralha de D. Fernando. Adiante se relembra o assunto.

E, já agora, diga-se de passagem que não deve confundir-se estas casas para ter a madeira, com o Paço da Madeira que ficava a oriente da Torre da Escrivinhina.

ALARGAMENTO DAS TERCENAS DE D. DINIS NO REINADO DE D. FERNANDO — Parece que as tercenas teriam sido mandadas aumentar para o lado de terra, em 1369 ou em 1370, por D. Fernando. Tal expansão só poderia conseguir-se pelo derrube do muro das tercenas⁽²⁸⁾, das casas pegadas ao muro, da Rua das Taracenas, e, talvez, uma ou outra casa da Judiaria, a norte da Rua.

Por este motivo a comuna dos judeus deve ter exposto a D. Fernando a situação dos que ficaram sem casa. Atendeu o Rei o pedido, mandando abrir uma rua a par da *Judiaria velha*, no sítio em que tinha uma adega, para se construírem aí, «casas e sobrados da hũa parte e da outra», e esclarece que o fez porque «a comuna dos judeus desa cidade me emviom dizer que eu mandey deRibar a rrua das taracenas em que os judeus moravam pera acrescentar as casas das dictas taracenas em que stam as mjnhas galléés...»⁽²⁹⁾

Pensa Vieira da Silva que pudesse ter havido reconsideração da parte de D. Fernando, uma vez que posteriormente se continua «a encontrar as confrontações das casas da Judiaria Nova com casas de Morráz e outras, como se nada tivesse sido alterado; logo em 1373: *...casas na judiaria nova, que partem do avrego (sul) com taracenas, e aguião (norte) com casas da parte de Morráz*»⁽³⁰⁾

A este emprazamento acrescento outro, de 1375, de casas na Judiaria Nova, que partem a «abrego com as taracenas»⁽³¹⁾

Repare-se, porém, que as casas passam a confrontar a sul com as tercenas, e não com a rua das Taracenas, ou com o muro das Taracenas, salvo documento que me tenha escapado. Aliás, a escassa informação que se colhe em relação ao derrube da rua não permite afirmar que a dita rua tenha sido ocupada por construções das tercenas, até porque, se tal tivesse sucedido, teriam ido obstruir portas e janelas das casas que ficavam do lado norte.

Tudo aponta para que se haja derru-

bado apenas parte do muro das tercenas e casas do lado sul da rua que lhe estavam encostadas, e que o espaço destinado à Rua se manteve, agora já não como rua propriamente dita, mas serventia mais franca das tercenas. Mas não nos adiantemos, pois que à data destes emprazamentos se construía a muralha fernandina, e a Rua das Taracenas ainda volta a aparecer.

Voltando, pois, ao ano de 1370, dá o Alm. Quintela notícia de ter havido uma grande tormenta em Lisboa, na noite de 23 de Fevereiro, naufragando muitos navios mercantes, e a maior parte de uma armada que se estava a aprestar.

É estulto pretender relacionar esta tormenta com o arranjo que D. Fernando teria mandado fazer, mas não será descabido pensar-se que pudesse ter danificado de alguma forma as tercenas.

Se realmente D. Fernando mandou, ou não, construir quaisquer casas em acrescento das tercenas, desconhece-se. Mas, seja como for, o caso é que D. Fernando mandou «que faças fazer em a minha adega, que é a par d'essa judiaria velha, uma rua pela metade d'ella (pelo meio), e mandae fazer casas e sobrados de uma parte e da outra, e fazei cerrar a porta da adega de contra o adro de S. Nicolau, e abri uma porta em o outro (lado) da dita adega, de contra a dita judiaria, para servidão d'essa rua».

Esclarece Vieira da Silva que «é provavelmente esta a origem do beco da Adega:... beco da adega em villa nova que foi judiaria grande (1545), o qual ficava no seguimento da rua da Tinturaria»⁽³²⁾

DISPENSA CONCEDIDA AOS JUDEUS DE SERVIREM NAS TERCENAS

— Um ano depois, a 17 de Julho de 1371, D. Fernando «querendo fazer graça a mercee ao comũu dos judeus» de Lisboa, determina «que seiam scusados de servir em essas taracenas em meter galléés nem pera fazer covas nem carrear remos nem armas do meu almazem nem bizcoutho nem outros aparelhos pera essas galléés nem pera as naos nem outros serviços nehũs pera nenhũas das dictas cousas»⁽³³⁾.

Mais um ano volvido, a 18 de Julho de 1372, nos capítulos apresentados nas Cortes do Porto, um dos assuntos respeitava às despesas com as tercenas:

«Item ao que dizem no xvij artigo em como nos ja era dicto, que deviamos fazer muito por escuzarmos despesas o mais que podessemos, e porque huuma

das grandes despezas que aviamos que erom galléés, e taracenas das quaaes deziam que estavamos açaz avondado, e que lhis era dicto que queriamos mandar fazer outras de novo, o que era aazo defendermos grande despeza, e lhis parecia que sse podia escuzar, e pedio nos por mercee que ho olhassemos em ello o que fosse mais nosso sserviço.

«A este artigoo respondemos que nõs nom entendemos de fazer mais galees que aquellas que aveemos, que som compridoiras pera guarda e defensom do nosso rregno, e destas que teomos escusariam custas se o fazer podessemos com nossa onrra e proll do rregno.»⁽³⁴⁾

ASSALTO CASTELHANO ÀS TERCENAS — Em Fevereiro de 1373, a armada castelhana sobe o Tejo, sem encontrar oposição, e vem fundear diante das tercenas. No assalto à cidade, sabe-se das muitas depredações cometidas e incêndios que provocaram; um deles em que «ardeo toda a rua nova».

Costuma o povo dizer que cesteiro que faz um cesto faz um cento; seria para admirar que deixassem as tercenas incólumes, mas a verdade é que, para além de terem sido saqueadas, bem como o Armazém, nada mais encontrrei.

Em resultado deste cerco, D. Fernando entendeu erguer uma muralhã nova que protegesse a cidade. Limitar-me-ei, como é óbvio, às alterações que trouxe na zona da Ribeira onde estavam as tercenas.

Antes, porém, de abordar a época que se seguiu à construção da cerca nova, creio pertinente falar um pouco de aspectos que não conseguí esclarecer. Parece para muitos um ilogismo, mas no fundo tenho uma pretensão: despertar a curiosidade de quem busque e encontre o que não sei, e gostaria de saber.

É o caso de, por mais dez, menos dez metros, ainda se poder fazer uma ideia da localização das antigas tercenas, ou de se imaginar a Porta das Taracenas mais ao extremo ou mais ao meio da rua, ao passo que nem a menor indicação se encontra quanto ao tipo de construção, disposição, dimensões, etc.

TERCENAS — Tercenas eram, por assim dizer, tudo o que de alguma forma se ligava com a construção naval e armamento naval⁽³⁵⁾.

Era a zona da beira-rio onde se construía as embarcações, se varavam os navios para beneficiação; era o varadour-

ro das galés ou outras embarcações, a céu aberto ou debaixo de telheiros (as Casas das Galés de D. Dinis?); onde tinha de haver casas para arrecadação e casas para os officios. Enfim, era todo um conjunto indispensável para apoio ao navio.

Repare-se que a esmagadora maioria dos documentos refere sempre «taracenas», sendo excepcional o que diga «taracena» no singular. Pode, evidentemente, não ter um significado definido, mas é a razão que me leva a considerar que se deveria pretender falar num conjunto.

E mais: do documento de 8 de Agosto de 1371, respeitante às Cortes de Lisboa, retiro:

«Ao que dizem ao quarto artigo que mandamos comprar vinhos e outras mercaderias... rrespondemos e dizemos que se algũs vinhos ou mercaderias mandamos ata aqui que o fazemos por muitas cousas que nos eram conpridoiras pera nosas taracenas...» (44). Adiante diz:

«Ao que dizem aos quarenta e tres arrtigos... rrespondemos e dizemos... porque nos tanto pam nom avjamos de no que podese avondar a frota que per tempo perlongado tivemos enno mar...».

Um documento de 18 de Setembro do mesmo ano, respeita aos agravos apresentados nas Cortes de Lisboa, pelo facto de o rei mandar tomar e talhar pinheiros por menos preço do que valiam, e «outrossy manda constringer os lavradores que carrem e tragam os dictos paaos aas Ribeiras...», «o que se nom fazia em tempo de nosso avoo e de nosso padre... que os mandava pagar a bem vista de carpenteyros» (45).

Nas Cortes do Porto, de 1372, um dos agravos apresentados, no 6.º artigo, é o de o rei «mandar tomar os azeites e as outras muitas mercaderias por desaguldados preços». A isto «rrespondemos e dizemos que se ataqui mandamos tomar esses azeites e mercaderias que o fazemos pera trazerem rremos e pez, e rreginas, e outras couzas que eram conpridoiras pera as nossas galees, que nos convem de termos postadas pera guarda e defensom do rregno...» (46).

Tudo isto, como se depreende, carecia de estar guardado e pronto a fornecer, por serem necessárias para as tercenas e para a armação das galés. Estas casas de arrecadação tinham de estar junto das tercenas, se é que não fariam mesmo parte integrante das tercenas. E

eram distintas dos armazéns reais. Por exemplo: para as madeiras tinha o Rei os Paços da Madeira que se situavam a nascente da Torre da Escrivantina, perto da cerca moura. Mas estes Paços não eram propriamente das madeiras para a construção naval; eram para toda a madeira que entrava em Lisboa, por terra ou por mar, e que tinha de pagar direitos. Para as tercenas havia umas casas para a madeira mandadas fazer por D. Afonso IV. No Foral da portagem de Lisboa, dado de pouco antes de 1377, um dos itens diz:

«Da madeira del Rey que vier pella foz e per outros logares pera as taracenas ou pera outros logares e de todallas outras cousas Jeeralmente nom paguam nenhũu direito nem venham a rrecadação na portagem...» (47).

Um documento de Dezembro de 1390, mas respeitante ao tempo de D. Fernando, dá quitação a Lopo Martins dos direitos e rendas da portagem, paço da madeira, adegas, e relego da cidade de Lisboa (48).

Uma adega del-rei havia a par da Igreja de S. Nicolau, como já se disse. Consta que teria havido uma outra perto das tercenas. Na baixa do monte de S. Francisco, perto do actual largo de S. Julião, existiu um lugar chamado Vila Franca. Um documento de 1327, refere-se a «casas no logar que chamam villa franca, que são traz as fangas da farinha» (49).

Não se sabe onde ficavam as Fangas da Farinha, mas supõe-se que fosse ao cabo da Rua de Morraz contra a barroca do monte de S. Francisco, por um documento do 1.º quartel do século xvii (1619) dizer: «...nas fangas da farinha testeiro da mesma Calcetaria...», (50) (a rua da Calcetaria, nome que mais tarde foi dado à rua de Morraz).

A adega, que acima se disse ser próximo das tercenas, ter-se-ia situado a norte da Rua de Morraz, ou muito cerca. Um outro item do Foral de Lisboa cuida das viandas que, besteiros e galiotes, deviam trazer para sua alimentação:

«E he de costume que quando El Rey manda armar Galees E os beesteiros ou galiotes ou outras pessoas que ham de hir nas dictas gallees trouverem pescado e carne e trigo e farinha pera fazer seu bizzoito E outras cousas quaes quer pera seu mantimento posto que venham pella foz nom pagam...» (51).

No lugar de Vila Franca, bem como no alto de S. Francisco, em frente ao adro da Igreja, parece ter havido uns fornos del-rei.

Esta farinha para fazer biscoito era da que os concelhos se obrigavam a fornecer para sustento do pessoal, que tinha obrigação de servir na armada por seis semanas. Para além desse tempo era a fazenda que tinha obrigação de o sustentar. A título de curiosidade, apenas, direi que defronte do armazém havia umas casas del-rei «em que ora sta o biscoyto».

É natural que uma busca mais apurada permita encontrar outros indícios desta actividade que, de muito perto, se prendia com as tercenas. Todavia não creio que venha tornar possível o poder fazer-se uma reconstrução que não seja puramente imaginativa.

Quase que o mesmo se poderá dizer em relação ao pessoal das tercenas, quanto à sua organização. Só mais tarde, diversos regimentos dão conta das incumbências desse vário pessoal. Delas nos elucida o P.ª Oliveira, na sua obra «A Arte da Guerra do Mar», bem como das Tercenas e seu provimento (Madeira para as naus, Armazéns, Virtualhas, etc.), pelo que me dispense de repetir o que ele tão bem escreveu.

Alguns documentos dos reinados de D. Afonso IV, D. Fernando e D. João I, mostram-nos que as pessoas ligadas ao meio naval procuravam morar o mais perto possível das Tercenas. Darei notícia sucinta consoante os mesteres:

— Alcaide das galés — (ainda do tempo de D. Dinis) — Domingos Domingues, morava a par da Ponte da Galonha (1325)

— Fretador das naus — Esteveanes, morava na Rua de Morraz (1364)

— Corrector — Joane Anes, morava na Judiaria Nova (1368)

— Capitão Mór — João Bernal, morava a par da Picota (1369) — (Picota, depois largo do Pelourinho)

— Alcaide das galés — Sancho Sanches, morava a par do curral do concelho (depois da conquista de Ceuta, Casa de Ceuta) (1369)

— Capitão Mór — Gonçalo Tenreiro, morava na Rua Nova (1375)

— Tanoeiro — Pedro Giraldes, morava junto ao adro de S. Francisco (1384)

— Escrivão das tercenas — Domingues Eanes, morava junto ao adro de S. Francisco (1384)

— Mestre de calafates — João Afonso, morava na Rua de Vila Franca (1395)

Muitos mais poderia enunciar, não fosse tornar-se a sua enumeração fastidiosa, se bem que viesse em reforço da ideia exposta.



A verdade, porém, é que, no tocante ao pessoal, os agravos apresentados pelos Concelhos nas Cortes de 1371, denotam uma certa desorientação e, talvez pior do que isso, bastante corrupção. Resumidamente temos:

— A falta de pagamento do vinho, ou mercadorias, para as tercenas.

— Quando se mandava armar as galés, aqueles que tinham a incumbência de trazer remeiros, depois de os terem em seu poder, soltavam-nos por luvas que recebiam.

— Que, aos já destinados a uma determinada galé, besteiro ou remero, os livravam por dinheiro, mas ficando ainda por cima obrigados a pagar a quem os substituísse. E isto quando não eram respedados para outra galé, tornando a pagar outro tanto, ou mais, para se safarem.

— Que, desde os reinados anteriores, os Concelhos se obrigavam a pagar apenas seis semanas a quem servia na guerra. Mas porque a guerra se prolongava, pediam os dos Concelhos que não tivessem de pagar mais do que essas

seis semanas, a menos que lhes fossem dadas quitaçãoes.

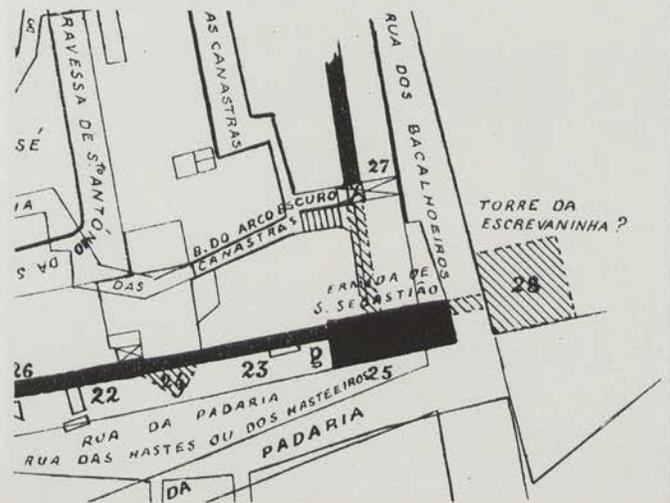
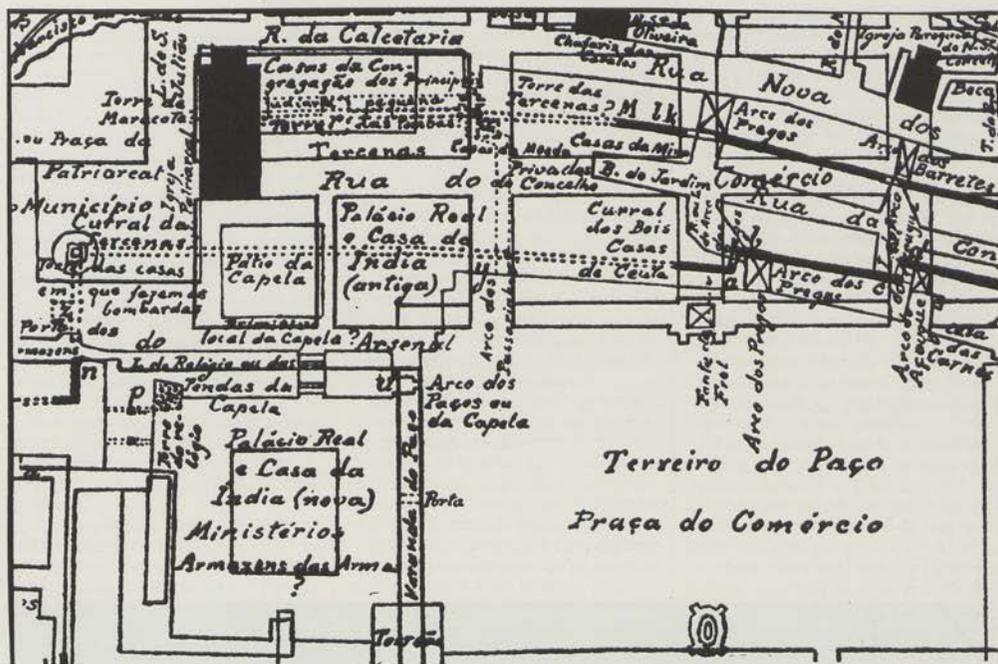
— Quando se armava frota ou galés, o almirante e o corregedor tomavam os lavradores e metiam-nos por remeiros.

— Se algum dos que se deviam apresentar para as galés o não fazia, lhe prendiam e encarceravam a mulher e filhos.

E ainda mais alguns agravos, sendo estes porém os de maior significado.

TORRES DAS TERCENAS — Uma palavra ainda sobre as torres das tercenas, antes de passar à cerca de D. Fernando. Os estudiosos da velha Lisboa atribuem às tercenas três torres. Porém, a escassez de dados a seu respeito não permite asseverar qual a época de qualquer uma delas.

A mais antiga é, sem contestação, a que ficava a meio das tercenas, no sítio ou lugar de Morraz. Desta torre já se falou antes, e, na falta de documentação que o comprove, teremos de admitir ser coetânea da construção das Casas das Galés.



A *Judiaría Grande*.
Reconstituição da planta
anterior ao terramoto de 1755
sobre a planta actual
realizada pelo
Eng. Augusto Vieira da Silva

A *Judiaría Pequena*
ficava situada entre a rua da Calçetaria
e as Tercenas.
Reconstituição de parte da Lisboa
anterior ao terramoto de 1755,
realizada pelo olisipógrafo
Eng. Augusto Vieira da Silva
sobre a planta actual.

Reconstituição
do Eng. Augusto Vieira da Silva
sobre a planta actual da Lisboa
anterior ao terramoto de 1755,
vendo-se a possível localização
da Torre da Escrivaninha

Constantino Fernandes assim representou D. João de Castela, obrigado, devido à peste, a levantar o cerco a Lisboa em 1384. Quadro do Museu da Cidade.



A outra torre, a segunda que, presume-se, veio a ser construída depois, só aparece pela primeira vez mencionada em um documento de 1357, da Chancelaria de D. Pedro, no empraçamento de umas casas em Lisboa, na Rua Nova, que partem com uma torre das tercenas⁽⁸²⁾. Posteriormente, em 1389, são empraçadas duas casas de quatro portais, a par de Santa Maria da Oliveira, e que partem do sul «com as taracenas e com hũa torre das dictas taracenas»⁽⁸³⁾. Em 1393, no aforamento de dois pares de casas, diz-se que partem do sul «do abrego com as taracenas e tem hũa torre das dictas taracenas e doutras partes com casas do dicto senhor»⁽⁸⁴⁾. Em 1394, umas casas «a par de Santa Maria de Oliveira», partem «da parte do mar com hũa torre das taracenas...»⁽⁸⁵⁾.

Esta torre é aquela que Vieira da Silva aponta como tendo sido a que passou a chamar-se Torre da Casa da Moeda, quando D. João I por aí instalou a Casa da Moeda.

Ora se a torre já existia em 1357, só poderá atribuir-se a sua construção no reinado de D. Afonso IV⁽⁸⁶⁾. Perguntar-se-á, e porque não D. Dinis? Porque D. Dinis, prosseguindo na política de seu pai e de seu tio, cuidou de desenvolver as tercenas, mas, diz Freire de Oliveira⁽⁸⁷⁾, que por uma convenção feita a 7 de Agosto de 1285, entre o Concelho da cidade de Lisboa e o Rei, este obrigava-se «a não mais construir tercenas, tendas, ferrarias e outras casas nos rócios publicos, conforme o tinha feito, e os reis seus antecessores, com grave prejuizo das rendas do concelho». A dar fé a esta escritura, ou a torre já estaria feita, ou não teria sido D. Dinis a construí-la. Que não estaria feita parece deprender-se do facto de, em 1294, quando da construção do muro, este ir até às Casas das Galés, ou como também se diz, até às casas da Rua Nova, não havendo qualquer menção à torre que, geralmente se opina, ter-se-ia localizado por aí.

Desta forma será muito de presumir que não teria sido D. Dinis a construí-la, até porque não se encontra qualquer confrontação com esta torre nos documentos dos primeiros anos do reinado de D. Afonso IV. Mas, como é evidente, tal presunção é falível na medida em que algum dia se venha a encontrar prova documental que a invalide.

A terceira torre, no extremo ocidental da antiga Judiaria Nova, só se lhe encontra menção em meados do século XVI, a denominada Torre de Maracote⁽⁸⁸⁾.

É natural que esta Torre seja de data bastante anterior, talvez uma das que era habitual na época estarem junto às Portas, neste caso uma das Portas da Judiaria. Mas os dados de que se dispõe são tão escassos que é demasiado arriscado fazer conjecturas.

A MURALHA FERNANDINA — A vulnerabilidade da cidade de Lisboa tornou-se patente quando do cerco que os castelhanos lhe puseram em Fevereiro de 1373. Ter-se-ia reconhecido a premente necessidade de proteger o burgo, que se expandia cada vez mais para longe da velha cerca moura. Afanosamente se lançou mão à obra, que, dois anos depois, estava quase concluída.

Na zona ribeirinha, a que nos interessa neste particular, a cerca não veio alterar demasiado as tercenas. O trajecto conjectural da muralha, que Vieira da Silva tem por mais consentâneo com os dados que colheu, mostra que a cerca se teria erguido entre as tercenas e o rio.

Ora é exactamente este pequeno nada que nos embaraça. Se as galés se recolhiam nos antigos telheiros de D. Dinis e D. Afonso IV, por qual Porta saíam para a beira-rio? A única que surge como possível é a Porta da Oira.

Se nos debruçarmos um pouco sobre o trabalho de Vieira da Silva, especialmente no fragmento da planta da antiga cidade (Estampa I), salta logo à vista que o autor não tem dúvidas no traçado da muralha desde o Paço da Madeira até às Tercenas, nem a partir do cabo do campo da Oira até Cata-que-farás (depois Corpo Santo e Cais do Sodré). Mas desde as Tercenas até ao cabo do Campo da Oira o trajecto é conjectural, tendo apenas como certo um pequeno canto do muro a oriente da Porta da Oira, de que adiante se falará.

Declara ainda este autor que: «não existe planta desta região anterior à construção do Paço, e nenhum documento encontrámos em que seguramente se possa ver qualquer referência à muralha nesse local». Depois diz: «É natural que na muralha de D. Fernando tivesse existido uma porta correspondente à da Tercena; mas não ha, sobre ela, referências documentais»⁽⁸⁹⁾.

Afigura-se lógica esta falta documental. Isto porque, onde se deparam diversas confrontações, e mesmo dimensões, é nos empraçamentos, tombos, e outros, sobretudo dos bens reais ou do concelho. Indica-se o sítio, o muro, as

portas, as torres, etc. Outrotanto não poderia suceder com as Tercenas, pois que nunca foram aforadas ou empraçadas, como é fácil de se compreender.

Quando, em 1373, se começou a construção do novo muro, ou cerca nova como por vezes se diz, as Tercenas a oriente e ocidente do córrego, já deviam estar reunidas, ou juntas, por se ter construído o cano. Assim o dá a entender um documento do dito ano, que se refere a um «chão deante do curral do concelho, e parte do levante com casas do dito senhor (o rei); ao levante (não seria poente?) com o cano da agua, avrego (sul) o curral dos bois, e aguião (norte) com o muro»⁽⁹⁰⁾.

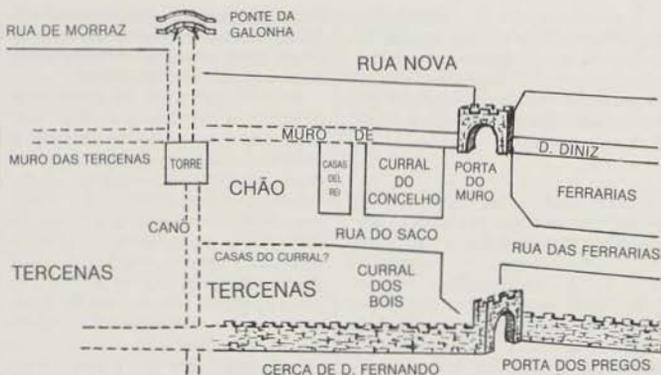
Parte deste chão veio a servir para o Concelho construir umas casas, as Privadas do Concelho, e outra parte, na que ficava junto do muro, construiu D. João I a Casa da Moeda. Adiante se detalhará.

Este local era o que correspondia aproximadamente às tercenas de D. Dinis, mas apenas àquelas que ficavam a sul do extremo ocidental da Rua Nova antes de 1294, e depois a sul do lanço do muro deste Rei, entre a Porta dos Pregos (ou Porta da Erva) e o córrego, agora com o cano montado, e, plausivelmente, com atêro por cima, a nível com o referido atêro.

O documento acima citado do ano de 1373, mostra que as tercenas de D. Dinis, neste local da Rua Nova não deveriam encostar ao muro do dito Rei, e ficariam afastadas para o lado do rio, na distância do referido chão. Todavia, não será de pôr de lado a ideia de, se por aí teria havido qualquer varadouro para galés, o mesmo ter sido mudado mais para a borda do rio, atendendo ao ganho que se lhe fazia em atêro.

CURRAL DO CONCELHO — Ficava este chão diante do curral do concelho, conforme se diz. Vejo dois modos de interpretar esta forma de dizer: ou diante, por defronte, ou diante, por adiante. Ora, à mão direita de quem passava da Porta da Erva para a Ribeira, e encostado logo ao muro de D. Dinis, estava construído o curral do concelho.

A Porta da Erva primitivamente chamavam Porta do Muro, e a rua que lhe passava por baixo era conhecida por rua da Porta do Muro. Bastante mais tarde passou a designar-se por rua do Arco dos Pregos. A parede do lado nascente do curral dava para esta rua; a parede sul, onde parece que se situava a entrada do curral, dava para a rua do Saco; a



Situação provável do curral do concelho e do curral dos bois no início do reinado de D. João I

parede poente dava para umas casas del-rei e para o tal chão.

A rua do Saco (mais tarde, quando se construiu o Paço da Ribeira, passou a chamar-se Beco do Jardim) não ia muito para além da fronteira do curral, terminando no dito chão.

Este curral veio a ser utilizado por D. João I, para arrecadação de géneros e outros preparos, quando se armou a frota para ir à conquista de Ceuta.

CURRAL DOS BOIS — Do lado sul da rua do Saco havia mais algumas casas do Concelho, que constituíam o chamado curral dos bois, e que não chegavam a encostar à muralha de D. Fernando, pois quando esta se construiu deixou ficar cerca de 3 metros até à fachada das casas.

Estas casas do curral, a sul da rua do Saco, tinham ao nascente a rua da Porta do Muro, e a poente as terceiras. Tal como a anterior, veio a ser arrecadação das cousas de Ceuta, e designada por Casa do Desembargo de Ceuta.

Algumas das casas do curral dos bois situavam-se na direcção poente, para além da rua do Saco, interpondo-se entre o dito chão e as terceiras. Daí que, o chão, a sul, confrontasse com o curral.

Antes de entrar na documentação concernente a este local, convém recordar alguns episódios históricos do fim do século xiv e princípio do século xv.

ALGUNS EPISÓDIOS HISTÓRICOS — No ano de 1381 a Marinha portuguesa sofreu o seu mais rude golpe com o desaire da batalha de Saltes. Quando em 1382 a armada castelhana entrou no Tejo, a 7 de Março, nem um navio en-

controu que se lhe opusesse, e ficou senhora do rio até Setembro.

Em 1384, o Mestre de Aviz dispunha de bem poucas galés — três galés e três barcas, no dizer de Fernão Lopes⁽¹⁾. Sabendo que o rei de Castela, com numeroso exército, caminhava sobre Lisboa, bem como da grande frota que se esperava vir bloquear a barra do Tejo, e cercar a cidade pelo rio, determinou que se reparassem o mais rapidamente possível as embarcações susceptíveis de navegar. Diz o Alm. Quintela: «Existião apenas em Lisboa alguns desmantelados navios, faltos de reparos, e de aparelhos, e os Armazens quasi nada continhão;...». Assim o era, pois diz Fernão Lopes: «E porque hj não avia escudos e dardos, que se perderam nas armadas que fizera el-rei D. Fernando, fazia escudos de leivas dos tonéis, e cerravam bordos e faziam dardos»⁽²⁾.

Armaram-se sete naus e doze galés, às quais se juntou mais uma, e um galeote que vieram do Algarve. Saíram as galés a 14 de Maio, e as naus, por falta de vento, no dia seguinte, rumo ao Porto.

Foram estes navios, agora reforçados com a esquadra do Porto, que na manhã de 18 de Julho entraram a barra do Tejo, para trazer socorro à cidade. Sabe-se que foi a valentia de Rui Pereira que, indo ao encontro da armada castelhana, permitiu ao resto da armada portuguesa vir surgir na Ribeira. Pensou D. João I aproveitar a vantagem de vento e maré para dar combate aos castelhanos, mas a chegada de um reforço de navios inimigos fê-lo mudar de ideia. Então mandou «abicar na praia os navios grandes, e amarrar as Galés com viradores em terra, e as proas ao mar, guarnecidas de espaldões que cobrirão das armas de arremedeia a gente que as defendia»⁽³⁾.

A 27 de Agosto, as galés castelhanas, simulando um exercício, «chegando de frente do Arsenal, onde a nossa esquadra estava disposta pelo modo que já expliquei, voltáráo de repente sobre ella, e vierão accomette-la;... fóráo rechachados com muitos mortos, e feridos, e a perda de uma galé...».

Cerca de um ano depois, a 14 de Agosto de 1385, é a vez de os castelhanos sofrerem a derrota, em Aljubarrota.

D. João I compreendeu muito bem o valor de uma armada, e nos anos seguintes providenciou bastantes medidas para a sua reorganização: a redizima do pescado para pagar o soldo aos galeotes, que passaram a ser recrutados como vo-

luntários; novas instruções para os apuradores dos homens do mar e para os vintaneiros; reparação das tercenas, etc.

Em 1386 punha dez galés à disposição do Rei de Inglaterra, por seis meses. Em 1397 fez um contrato com o pessoal do mar de Setúbal, alcaides, arrais, marinheiros, petintais e galeotes, para estarem sempre prestes a guarnecer cinco a seis galés. A curiosidade maior que se encontra neste documento é a de a guarnição de cada galé ficar a ser sempre a mesma, ou, dizendo doutra maneira, cada qual estava de antemão já destinado a determinada galé. Cada galeote tinha o seu remo certo, que tanto podia ter em casa como na tercena, e o rei mandava dar aos que o quisessem, as armaduras de protecção que teriam em casa para melhor conservação, e a todos, espada, e cutelo, punhal ou adaga⁽¹⁸⁾.

No ano de 1400 o rei determinava que os alcaides das galés tivessem cada um à sua porta uma galé pintada, para mais facilmente se saber onde moravam; e lhes serem reconhecidos os privilégios.

Em 1403, porque «as casas das taracenas... estavam muy danificadas e ham mester grande repayramento E outro sy

Lápide alusiva à construção da cerca fernandina



as galéés...», mandou cobrar todas as dividas que fossem achadas nos contos, para essas obras (65). Outro documento de três anos depois, respeitantes a estas dividas, diz: «nõ sejam estas dividas pera outra nenhuã cousa salvo pera as ditas taracenas» (66).

CASA DA MOEDA — D. João I teria mandado instalar perto das tercenas uma Casa da Moeda. Vieira da Silva encontrou a primeira referência a esta Casa em um documento do ano de 1389 (67).

Em um documento respeitante aos «Preços das Cousas que passaram pela Alfândega», datado de 12 de Março de 1410 (?); um dos item diz:

«o cobre que veer que o entreguedes aa moeda E o chumbo aa taracenas» (68).

Se bem que pareça deslocado falar-se aqui da Casa da Moeda, o facto é que ajuda um pouco a delimitar melhor as tercenas a sul da Rua Nova. Sem ir ao pormenor do estudo de Vieira da Silva, contentemo-nos com a provável localização que aí se aponta para a dita Casa, e que é na parte norte do chão mencionado no documento de 1373.

Recordo que neste documento, a confrontação sul do chão era com o curral dos bois, não se fazendo referência às tercenas. Só o podemos entender de uma maneira: o dever existir casa, ou casas, pertença do curral que, no enfiamento do lado sul da Rua do Saco, se interporiam entre o chão e as tercenas.

(65) D. P. vol. I, supl. doc. 19, cfr. Arq.º da C. M. L. Liv. 2 de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro, n.º 31, artigo 15.

(66) D. P. vol. I, supl. doc. 22, e 9 de Novembro de 1352, cfr. Gaveta 13, m. 1, n.º 25.

(67) Ha um documento de 18 de Maio de 1407, no qual se faz referência a duas cartas, uma de D. Dinis, e outra de D. Afonso IV.

«Dom Joham... fazemos saber que por quanto a nos foy dicto e fomos enformados que hum chaão que he na Ferraria da nossa cidade de Lixboa o qual he des o Curral dos boys que ora cassearem até a casa em que se tira a nosa sisa do aver do pesso era nosso e pertença a nos, mandamos dizer ao conçelho e homeens boons dessa çidade que mandassem hum seu procurador a nos... e visse se o dicto canpo era nosso ou da dicta cidade. O qual conçelho e homeens boons... enviaram a nos Joham Alfonso (Procurador) e nos mostrou duas cartas huua del Rey don Denis... em a qual era contheudo que o alcaide e alvazis, conçelho e homeens boons... deram ao dicto Rey... huum resio des o Pesso do conçelho até suas Taracenas para fazer casas junto com o muro que o dicto Senhor fez, e outra del Rey Dom Alfonso o quarto... em a qual era contheudo que o dicto Conçelho lhe dera em scanbho o

campo em que fez as Taracenas novas por trinta moyos de pam que lhes quitou pera sempre... de jugada do Alqueydam...» (Liv.º de Reis, liv.º 3.º de D. João I, doc. 19).

É muito possivel que o campo acima citado, cedido a D. Dinis, seja o chão da zona ribeirinha que consta de uma doação feita pelo mesmo Conçelho em Abril de 1295 (Gavetas da Torre do Tombo, 2841, xv, 4-21), e para onde se vieram a mudar as Ferrarias da parte do mar. O campo cedido a D. Afonso IV é o do documento do ano de 1329, «a cabo dooyra», e onde este rei fez umas Tercenas novas.

(68) O arruamento aqui mencionado veio, mais tarde, a ser conhecido pela Tançaria, e que alargava ao sul da metade ocidental da actual Praça do Município, formando a Praça da Porta da Oira.

(69) Muro este que temos por diverso do muro de D. Dinis (que ia só até às casas das Galéés), mas que entendo poder admitir-se que, construído o segundo, tenham ficado ligados.

(70) D. P. vol. I, supl. doc. 407, cfr. Chanc. de D. Fernando, liv. 1, fl. 63.

(71) Aut. cit. *Muralhas*, vol. II, pg. 13, cfr. Chanc. de D. Fernando, liv. 1, fl. 137.

(72) D. P. vol. I, supl. doc. 429, cfr. Chanc. de D. Fernando, liv. 1, fl. 164 v.

(73) Aut. cit. *Muralhas*, vol. I, pg. 227.

(74) O desaire que de seguida se fala, sucedido no ano de 1373, parece decorrer um pouco desta franca estratégia naval de D. Fernando.

Quanto tempo é que esta desobriga durou, não averigui. Mas em um Regimento sobre Patões e Juizes das Alboçoas (com cargo de servir nas alboçoas reais), de 11 de Junho de 1488, determina-se que «todos os sobredictos ao tempo que se ouver mester allguõ serviço nas ditas alboçoas ajudem a meter Remos e toldallas outras cousas dellas que em ellas andarem nas casas e lugares em que ham de ser guardadas, tirando o mesmo casco das alboçoas ou tirar ou meter bombardas grandes nellas que os Judeus sam obrigados de fazer. E que nos mandemos ao nosso almorixe das taracenas que pera esto lhe dese os dictos Judeus com muyta deligencia quando os ouvessem mester pera servirem no tirar ou meter das ditas alboçoas e bombardas ou que a comurta aja de comertar os ditos mareantes ou outros allguõs pescadores que aJam deantar como elles mesmos Remeiros pera em todo o tempo averem dacidor ao que os dictos Judeus sam obrigados. E qualquer que nom vier Diligentemente a servir nas ditas alboçoas, pague dous Justos douro nosa moeda ora corrente E qualquer que for desobediante aos ditos Juizes e patroees... os façam prender pera se lhe dar aquela pena... com apelaçom ou agravo pera ho oujdor do almirante. E que os alcaides que ora sam hordenados pello dicto almirante ou outros que forem hordenados pera as mesmas alboçoas váao com elles officiaes cada vez que os ouverem mester pera averem de prender ou pnhorar... Item Mais nos pidiram que durando os seis mezes que ham de servir os sobredictos nas alboçoas nam seJam ocupados em nhũ outro serviço...» (Liv. das Posturas Antigas, Arq.º da C. M. de Lisboa).

(75) D. P. vol. I, supl. doc. 181, cfr. B. N. L. Ms. n.º 2638, antigo J-5-36.

(76) Estou a referir-me, claro está, a tercenas navais. Para etimologia e outros significados, veja-se *Dicionário de Moraes*, ou outro.

(77) D. P. vol. I, supl. doc. 177.

(78) *Ibid.*, *ibid.*, doc. 179.

(79) D. P. vol. I, supl. doc. 181.

(41) *Ibid.*, doc. 42.

(42) *Ibid.*, doc. 564.

(43) V. da Silva, *Muralhas*, vol. II, pg. 9.

(44) *Ibid.*, *ibid.*, pg. 10.

(45) D. P. vol. I, supl. doc. 368.

(46) D. P. vol. I, supl. doc. 368, cfr. Chanc. de D. Pedro I, fl. 6, ementa.

(47) *Ibid.*, doc. 551, cfr. Chanc. de D. João I, liv. 2, fl. 17, ementa.

(48) *Ibid.*, *ibid.*, fl. 87.

(49) *Ibid.*, *ibid.*, fl. 97.

(50) A menos que D. Pedro I haja sido tão expedito que a tenha mandado construir nos primeiros 5 meses do seu reinado.

(51) Aut. cit. *Elementos*, vol. I, pg. 246, cfr. Liv. dos Pregos, fl. 220v.

(52) V. da Silva, *Muralhas*, vol. II, pg. 23 — Nota: Quando D. Manuel, após o seu casamento com Isabel de Áustria, desembarcou em Lisboa, em 1521, no rei da despesa feita pelo Senado, consta, para vestiduras:

«A Filipe de Castro e Fernão Lopes Corrêa — vereadores (?), e a *Ruy Gonçalves Maracote*, corregedor, a cada um 4\$500 reis para 9 côvados de lilaz para tabardo, 14\$400 reis para 16 ditos de setim aveludado para pelotta, 1\$380 reis para 2 ditos de velludo para carapaça e barras, e 2\$400 reis para 4 ditos de damasco preto para gibão. (Elementos, vol. I, pg. 52).

O corregedor Maracote deve ter falecido em princípios de 1527 (doc. 85 e 86 do liv.º 1.º do Provedimento da Saúde).

(53) Aut. cit. *Muralhas*, vol. I, pgs. 45 e 90.

(54) *Ibid.*, *ibid.*, pg. 119, cfr. Chanc. de D. Fernando, liv. I, fl. 138.

Nota — o muro indicado ao norte era o de D. Dinis.

(55) Aut. cit. *Chron. de D. João I*, cap. CX.

(56) *Ibid.*, cap. CXI.

(57) Alm. Quintela, *Annaes*, 1.º mem.º, pg. 41.

(58) D. P. vol. I, supl. adit. doc. 195, cfr. Biblioteca da Fac. de Direito de Lisboa, ms. A-XIV-9, n.º 26811, fls. 118v e sgs.

(59) *Ibid.*, doc. 206, cfr. chanc. de D. João I, liv. 5, fl. 42v.

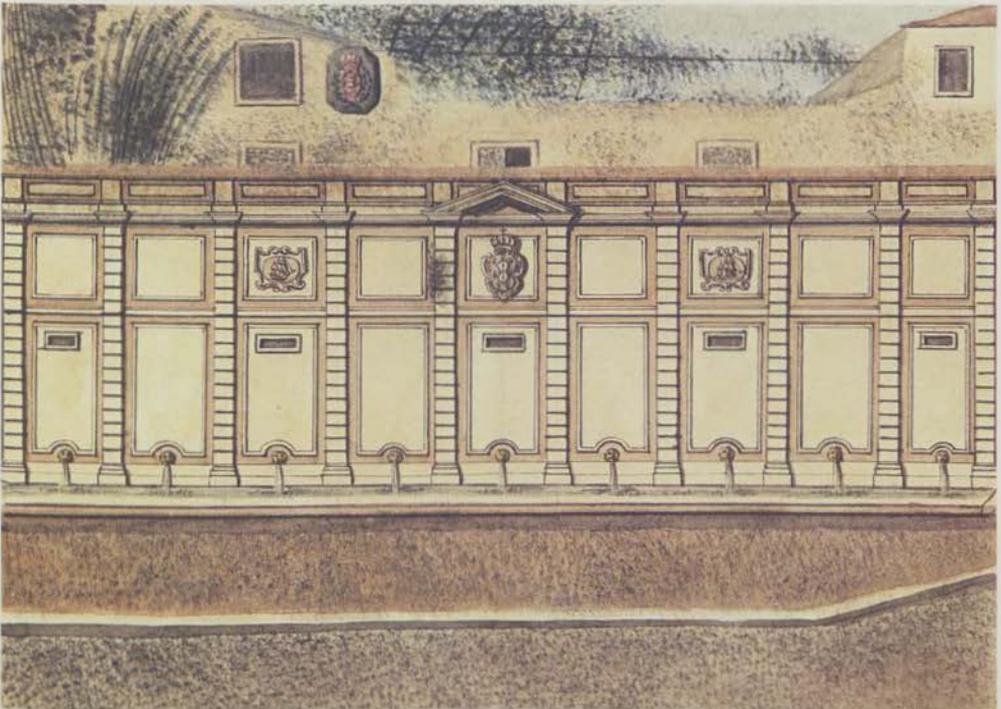
(60) *Ibid.*, doc. 213.

(61) Aut. cit. *Muralhas*, vol. II, pg. 15.

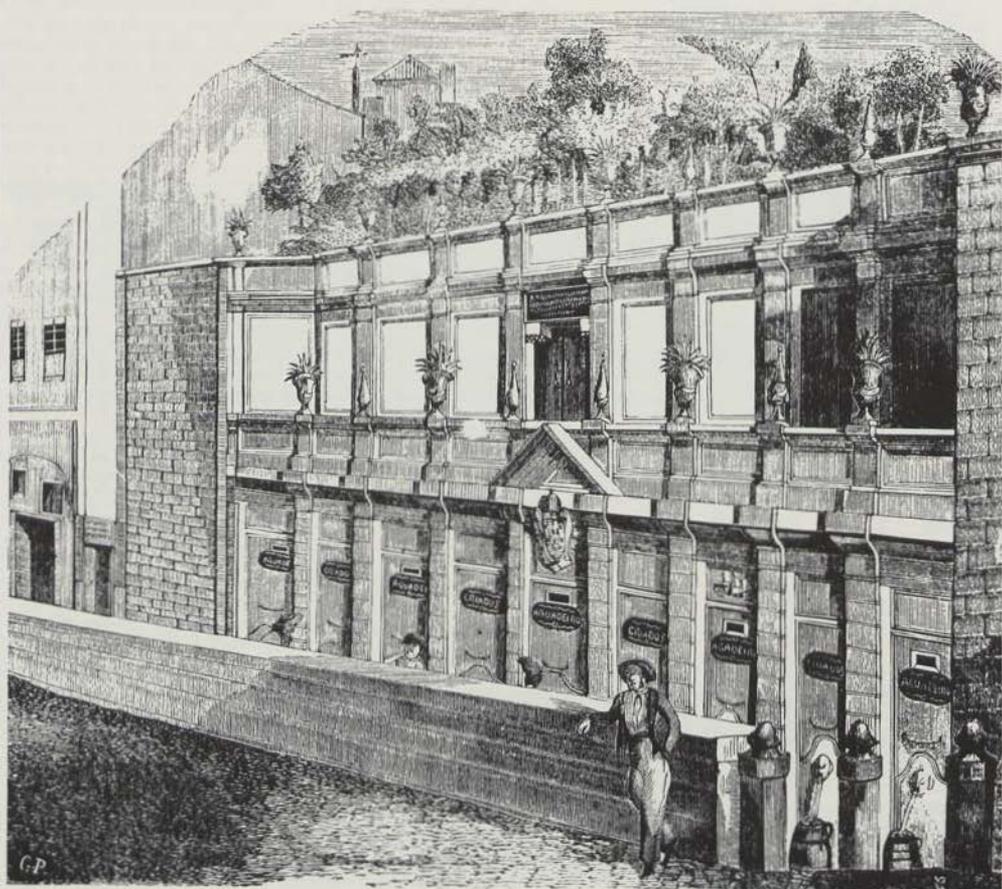
(62) O chumbo, esclarece o P.º F. Oliveira, era «pera nas navegações longas emparar a estopa q. a nam descarafete a agua».

O CHAFARIZ DE EL-REI

Chafariz de El-Rei. Aquarela de 1821 de Luis Gonzaga Pereira, a qual se guarda no Museu da Cidade.



O Chafariz de El-Rei.
Desenho de G. Pereira e gravura de Coelho Júnior
publicada no *Arquivo Pitoresco* de 1861.



Aspecto geral do Chafariz de El-Rei.



O Chafariz de El-Rei.

Sobreposta «a fantástica fachada do prédio que sucedeu ao Palácio do Marquês de Angeja, construído nos princípios do corrente século»

(Eng. Augusto Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, 2.ª edição, Lisboa, 1939, pág. 153).



Por ser indiscutível que a água é um elemento indispensável à vida, temos que concluir que o chafariz de El-Rei exerceu um papel fundamental dada a sua importância no abastecimento de água à cidade de Lisboa. Era, com efeito, das suas águas que se provia boa parte da capital. Também aqui se vinham abastecer as barcas e navios desde o séc. XV, julgando-se ser neste local, que houvesse sido a aguada, conforme se refere uma carta régia datada de «Alenquer, aos 16 de Setembro de 1487». Este documento refere-se à construção de um encanamento, cujo orçamento era feito em doze mil réis, e que ia desde o chafariz até ao mar; possibilitava assim aos batéis da Ribeira ali receberem as águas necessárias para as aguadas da marinha.

Numa segunda carta, também com a mesma datação, mandava-se participar ao Corregedor de Lisboa, que estavam dadas ordens ao Patrão da Nau para que falasse com os mestres de todos os navios que estivessem no porto, dando indicações para que cada um com o seu batel, prestasse um dia de serviço transportando pedra e cal. Referia ainda, que caso se escusassem a fazer o dito serviço, ele o Corregedor os constrangeria, fazendo dar a cada um o seu giro.

Veloso de Andrade dá-nos ainda notícia de uma outra carta régia, datada de «Almeirim, aos dois de Maio de 1494», em que mandava que não fossem feitas experiências para subir mais as águas do chafariz.

Segundo consta da «Memória para a História das Inquirições de D. Afonso II» (doc. 2.º, pág. 14), existia por volta de 1220, na Freguesia de S. João da Praça, um chafariz denominado «Sancti Johannis», situado no interior da cerca moura. Júlio de Castilho admite que a dominação actual teria provindo do reinado de D. Dinis, pois teria sido este monarca a ordenar a sua transferência para a parte exterior da referida cerca. O nome de El-Rei teria subsistido em veneração à obra notável que o soberano empreendeu pelo engrandecimento do país.

Foi um manancial riquíssimo, no séc. XVI o chafariz abastecia todas as gentes do sítio com as suas seis bicas, ao qual posteriormente se acrescentaram mais três. Esta água além de abundante, dizia-se muito boa para a saúde, especialmente depois de algum tempo em casa.

Já Luís Marinho de Azevedo («Livro da Fundação e Antiguidade de Lisboa»,

cap. XXVIII), referia-se às águas salutíferas de Alfama, referindo que estas tinham a propriedade de tornarem bonitas e coradas as mulheres. Também Luis Mendes de Vasconcelos escrevera o mesmo sobre as propriedades notáveis que esta água tem, no tocante à conservação dos «bons carões das mulheres». Acrescenta ainda o cronista em brilhante conclusão, de que a mesma água do dito chafariz «he causa das boas vozes que em Lisboa ouvimos cantar» («O sítio de Lisboa», págs. 149 e 150, Ed. 1803).

Ainda no século passado lemos no «Aquilégio Medicinal», do ilustre Dr. Francisco da Fonseca Henriques, médico de El-Rei D. João V: «Desta água bebem a maior parte das duas Lisboas (estava então a cidade dividida em parte oriental e ocidental), e foi sempre muito estimado em quanto não houve o chafariz da Praia».

Finalmente, para confirmar as inegáveis qualidades da água deste chafariz, conta-nos o Sr. Comandante Fonseca da Costa, no seu artigo «Figuras e factos de há cem anos» (in «Revista da Marinha», ano 1, n.º8, pág. 17): recordando as aguadas que se faziam no chafariz de El-Rei, o ilustre Comandante dá-nos notícia que no regresso de uma estação naval, era hábito muito apreciado beber-se água de Lisboa desde a véspera da chegada ao Tejo. Para o efeito, costumavam guardar esta preciosa água num reservatório durante toda a viagem, chegando por vezes, ali a manter-se por mais de três anos. Ora, no seu artigo dá-nos notícia da fragata «D. Fernando», que teve de aplicar uns tanques sobressalentes para efectuar uma longa viagem. O que é certo é que a água do Chafariz de El-Rei ficou esquecida durante vinte anos nos seus reservatórios, até que, em obras de beneficiação no dique do Arsenal, foram descobrir os tanques, pasme-se, ainda com água em excelentes condições.

Não admira, pois, que já na planta de Jorge Braúnio, datada de 1593, o chafariz de El-Rei fosse denominado «Fons Uber-rimus», fazendo deste chafariz o veterano das fontes de Lisboa; matou a sede a toda a cidade, ao tempo em que a sua água «era a melhor e mais generosa no provimento», conforme se assegura em documentação antiga.

A gentama que ali ocorria era muita, embrenhando-se facilmente em desacetos; encontramos ainda na poesia popular de A. Thomaz Pires, do séc. XIX, referências às desordens e mortes que ali

se verificavam (Fernando Castelo Branco, «Lisboa seiscentista», pág. 159):

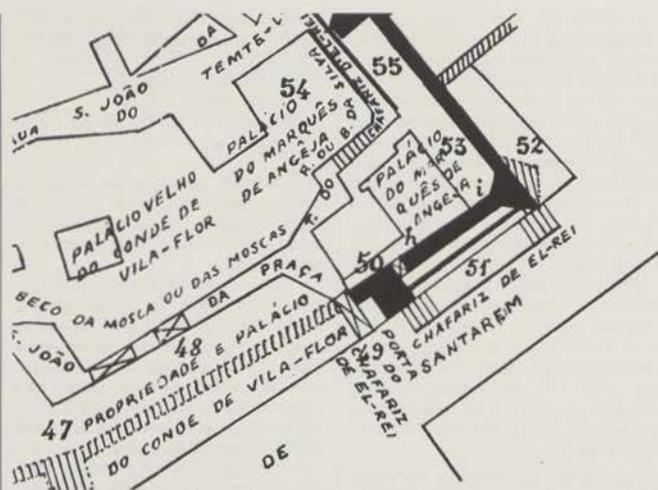
«Já não quero ir à praia
Nem ao chafariz d'El-Rei
Que 'stá lá um homem morto,
E dirão que eu o matei.»

Com efeito, apesar do seu manancial ser abundante, era também muito o número de quartas, bilhas e barris; mas vejamos o que nos diz o Padre Duarte Sande em 1584:

«É (o mencionado chafariz) de boa construção, e todo de pedra mármore. De uma nascente próxima recebe as águas, que naquela cidade são abundantíssimas, e as lança por bocas muito espaçosas e bem trabalhadas, sendo tal a concorrência de servos e criados que a vão buscar, que até pela noite adiante ali estão em carreira esperando a sua vez».

Assim, em 1551, fez o senado publicar uma postura camarária, procurando disciplinar e reprimir os abusos que ali se verificavam.

A Postura, segundo Veloso de Andrade, dizia: «Constando ao Senado que há homens brancos, negros que vão às bicas do chafariz de El-Rei a vender água a quem vai buscar, de que se seguem brigas, ferimentos, e mortos faz a sua postura para a repartição das ditas bicas pela maneira seguinte: na primeira bica indo da Ribeira para elas, encherão pretos-forros e captivos, e assim mulatos e índios e todos os mais captivos, que forem homens. Logo na segunda seguinte poderão encher os mouros das galés sómente a água que for necessária para as suas aguadas, e tendo cheio os seus barris, ficará a dita bica para os negros e mulatos conforme a declaração atrás. Na terceira e quarta, que são as duas do meio, encherão as mulheres pretas, mulatas, índias forras e captivas — e na derradeira bica da banda de Alfama encherão as mulheres e moças brancas, conforme a declaração das bicas, sob pena de quem o contrário fizer do que está dito, sendo pessoa branca e forra, assim homem como mulher, pagará dois mil reis de pena, ficando três dias na cadeia sem munissão; de que haverá metade da pena do dinheiro quem o acusar, e a outra metade para a cidade. — da mesma pena terão os ditos brancos, mulatos, índios e pretos-forros, que encherem por dinheiro, ou aclarando-se que enchão em qualquer outra das que se lhe nomeião, posto que corra a dita água no chão, e não poderão encher nas declara-



A negro o troço da Cerca Moura, junto do Chafariz de El-Rei, segundo a reconstrução do Eng. Augusto Vieira da Silva.

Lisboa nos finais do século XVI.

Panorâmica de Braunio.

O n.º 14 identifica o Chafariz de El-Rei, o n.º 44, o postigo de Conde de Linhares, o n.º 78 o postigo de Alfama e o n.º 72 a porta do Chafariz dos Cavalos.



das, e os negros e captivos e os mais escravos, que o contrário fizeram do que está dito, serão publicamente assoutados com pregão de redor do dito chafariz, conforme a provisão de El-Rei Nosso Senhor novamente passada, as quais penas se executaram três dias depois da publicação desta postura que se lhe dão para vir primeiro à notícias dos moradores desta cidade.»

As antigas notícias do chafariz, dizem-nos que ele tinha seis bicas de pedra, com bocais de bronze, ficando à sua frente um pequeno átrio com 17,6 m de comprimento, 8,8 m de largura e cerca de 1,32 m inferiormente ao terreno circundante, para o qual se descia por duas escadas laterais, com 6m,16 de largura.

Houve por vezes obras no chafariz, tanto no seu interior, como na sua fachada; houve-as em 1699, não se alterando o seu número de bicas até 1726 («Aqui-légio Medicinal»). Em 1744, o frontispício do chafariz desabou, tendo perecido cerca de dezoito pessoas, que se abasteciam na altura. Dois anos mais tarde, foi reedificado já com nove bicas («Demonstração Histórica», etc., por Fr. A. da Conceição, 1750, pág. 186). Vieira da Silva conjecturou que também nesta data teria sido feito o apanelado da frontaria do corpo inferior, conservando-se assim até 1821 (segundo o desenho de Luis Gonzaga Pereira).

Não seriam estas as últimas obras, volvidos oito anos, o terramoto de 1755 fez com que a sua fachada fosse objecto de novos restauros. Em 1836, trabalhava-se no apanelado superior do frontispício, quando depois de se gastar mais de um conto de reis, a obra foi embargada em 1838, pela Marquesa de Chaves — D. Francisca Teles da Silva, Senhora da casa de Alegrete, herdara da sua prima, a Marquesa de Angeja — D. Maria do Carmo Noronha, os círculos de Vila Verde e outros, nos quais veio a suceder, seu sobrinho — Conde de Peniche («Anais do Município de Lisboa», 1859, n.º 55 pág. 450). Por essa linha é que a Marquesa de Chaves dizia-se com direitos sobre a posse dos terrenos contíguos ao chafariz, alegando que era seu o terreno por cima das bicas, terreno que o Senado já pagara em 1542, por um conto de reis. Em 13 de Outubro, por um acordo com o Conde de Peniche; as obras puderam prosseguir até 1859.

Nesta data ficaram assentados os painéis e vergas, algumas pilstras e uma parte de cimalha. Por volta de 1861, con-



Chafariz de El-Rei na planta de Lisboa de 1650, levantada por João Nunes Tinoco.

cluía-se o apanelado superior, a platibanda com dez vasos e oito pirâmides que lá se encontram («Arquivo Municipal de Lisboa», n.º 70, 1861, pág. 560).

Poderemos dizer que ao longo de cem anos foram-se empreendendo sucessivas remodelações e melhoramentos. No entanto, só em 1864 se concluiu a sua total reedificação como hoje se nos depara: com boa cantaria e magnífica arquitectura de estilo neoclássico, reinterpretando com mestria os elementos clássicos.

Mas debrucemo-nos em pormenor sobre o seu frontispício: apresenta a fachada em dois corpos — um inferior, onde se encontram as bicas, e outro superior sobre o qual corre um estreito terraço.

Na parte inferior, encontramos bicas em pedra com os seus bocais em bronze. O acesso à sua base natural é feito através de duas escadas — uma do lado Noroeste e a outra do lado Nordeste, cada uma com nove degraus. O átrio de acesso às bicas, tinha já sido reduzido para 4 m de largura, sofrendo ulteriormente, uma redução para 2 m (até ao murete do tanque das bicas). No lado adverso, corre um mainel que resguarda as escadas, assim como o respectivo acesso aos bocais e cujo comprimento é de 27,6 m. Actualmente o número de bicas está reduzido a três. Segundo Veloso de Andrade, toda esta parte inferior do chafariz é lavrada em pedra lioz.

Por trás da linha das bicas está a conserva de água que é em parte descoberta e por cima abobadada. Na parede do recinto da arca de água, fronteira à entrada, encontramos a seguinte inscrição: «A conserva foi limpa em 1856 e em Janeiro de 1875».

Quanto à parte superior, o paramento é rematado por frontão triangular, seguindo-se-lhe abaixo, oito painéis almofadados: no do centro alfigura-se-nos o escudo das armas reais de setecentos, infelizmente mutilado na coroa (foi tirada depois do movimento revolucionário de 1910). Por sua vez, os dois laterais, representam em meio relevo a barca heráldica da cidade: «Parece ser uma nave de guerra, divisando-se à proa a bandeira do grupês». Ambas estão datadas de 1747, provando-se que os canteiros se cingiam muitas vezes a exemplares já executados» («Tempo Passado», de Gustavo Matos Sequeira).

A encimar a platibanda encontramos dez vasos, alternados por oito pirâmides, ambos ornados com sanefas («Arquivo Municipal de Lisboa», n.º 70, 1861, pág. 560).

Hoje, ali a dois passos do beco da Mosca, junto ao Arco do Rosário, encontramos o chafariz de El-Rei, vindo passar a multidão em transitório anónimo, indiferentes à importância vital que este manancial riquíssimo teve ao longo dos séculos. Se no passado a sua funcionalidade consistia no principal agente vivifi-

cador, hoje, porém, apenas é possível o diálogo histórico, mostrando-se necessário parar e olhar em pormenor a sua cantaria gasta pelo tempo. Torna-se pois imprescindível descobrir a alma-histórica que as suas pedras contêm. Só assim poderemos testemunhar o passado que se lhes emana e procura sobreviver em cada um de nós.

Feito este primeiro esforço é agora possível deixarmo-nos envolver como personagens-observadoras, neste cenário típico de Lisboa: ao fundo o chafariz jorrando abundantes águas; à sua frente, impacientes regas ornadas com toda a espécie de recipientes, aguardam a sua vez de encher. Aqui e ali encontramos mulatos, moiros das galés, pairando no ar uma ambiência exuberante de costumes que há muito esquecemos.

Em 1662, conta o poeta da preciosa relação descritiva, tantas vezes citada:

«Logo a mui pouco distância grandemente nos recreia esse chafariz de El-Rei com tantas bocas abertas;

Onde negros aguadeiros tantos negros, tantas negras galegos, cabras, ratinhos a quarta de água sustenta.»

E pronto, é tempo de voltarmos, esperando que cada um tenha tomado consciência que a todos são devidas responsabilidades sobre este chafariz inveterado. Só assim será possível preservar este imenso manancial de passado e fazê-lo coexistir no nosso tempo, na nossa cidade.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ANDRADE, José Sérgio Veloso de, «Memória sobre chafarizes, etc.» Nota 13, págs. 105-113
- 2 — ARAÚJO, Norberto de, «Peregrinações em Lisboa», Vol. X, págs. 27 e 28
- 3 — Arquivo Pitoresco — Semanário Ilustrado —, Lisboa 1861 e 1863. Vol IV — págs. 177-8, 190-1 e 406-7. Vol. VI págs. 85.
- 4 — BRITO, J.J. Gomes de, «Ruas de Lisboa», Lisboa, 1939, Vol I, pág. 130.
- 5 — CASTELO BRANCO, Fernando, *Lisboa Seiscentista*, 3.ª edição, Lisboa, 1969, pág. 159.

6 — CASTILHO, Júlio de, «Lisboa Antiga» — Bairros Orientais, Vol I, Liv I, pág. 31

7 — IDEM. «A Ribeira de Lisboa», 3.ª ed., Lisboa, 1956 Vol II, Cap I, Nota 2.

8 — «Catálogo da Exposição Cultural relativa ao Aqueduto das Águas Livres e abastecimento de água à cidade de Lisboa».

9 — FIGUEIREDO, Manuel de, «Theatro», de Lisboa, 1815, 16 Vols. Vol. XIV — pág. 604.

10 — JACKSON, Catarina Carlota Lady, «Formosa a Lusitânia», prefaciada e anotada por Camilo Castelo Branco, Porto, 1877. Cap. IV — págs. 41 e Sgs.

11 — MACEDO, Luis Pastor de, Nota 2 ao Vol. I de «A Ribeira de Lisboa», de Júlio de Castilho.

12 — MATOS SEQUEIRA, Gustavo de, «Subsídios para a história dos Bairros Ocidentais de Lisboa, depois do terramoto», Vol. IV, pág. 303-439.

13 — IDEM. «Tempo Passado», (crónicas alfacinhas), Lisboa — 1923 pág. 70-77 e 83-87.

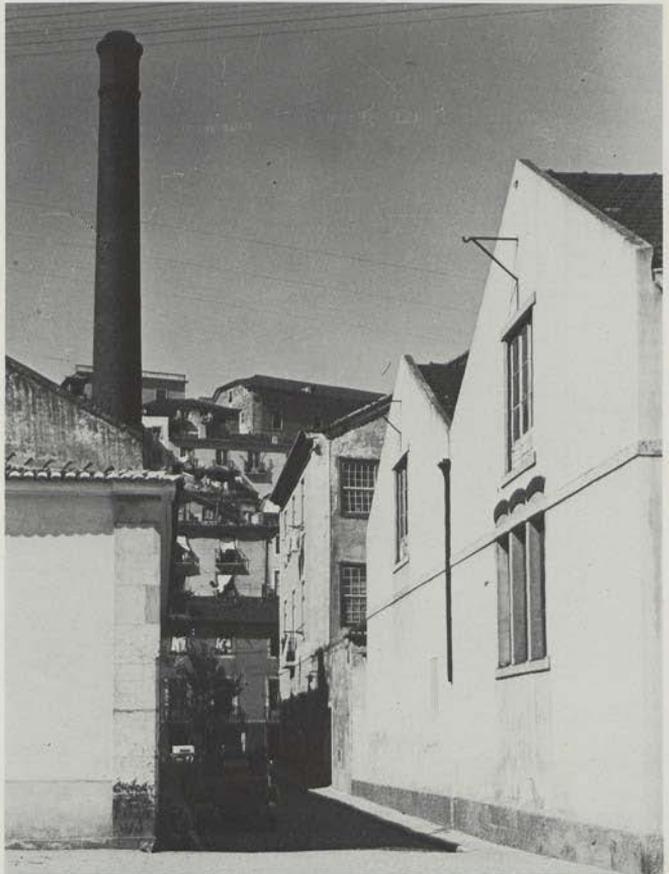
14 — PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de, «Portugal Antigo e Moderno», Lisboa, 1874, Vol IV. Págs. 156, 157, 178 e 403.

15 — SILVA, Vieira da, «Cerca Moura de Lisboa», 2.ª edição, Lisboa, 1939. pág. 148-152.

Fotografia antiga, mostrando rapariguinhas e aguadeiros enchendo bilhas e barris no Chafariz de El-Rei.



O TERMO «GALÉ» EM DOIS TOPÓNIMOS DE LISBOA



Fotografia antiga
do Boqueirão da Praia da Galé
tirada de Sul.



Actual placa toponímica
do Boqueirão da Praia da Galé.

Os problemas da toponímia de Lisboa são em grande número, como não podia deixar de ser, dada a elevada quantidade de topónimos existentes nesta cidade e ainda os topónimos que deixaram de ser usados, que são também bastantes, e aqueles que têm variado ao longo dos tempos, o que se verificou com considerável frequência.

A olisipografia tem estado atenta a esses problemas, tem-os estudado, esclarecendo a origem e o significado de numerosos topónimos, equacionando as questões que muitos suscitam.

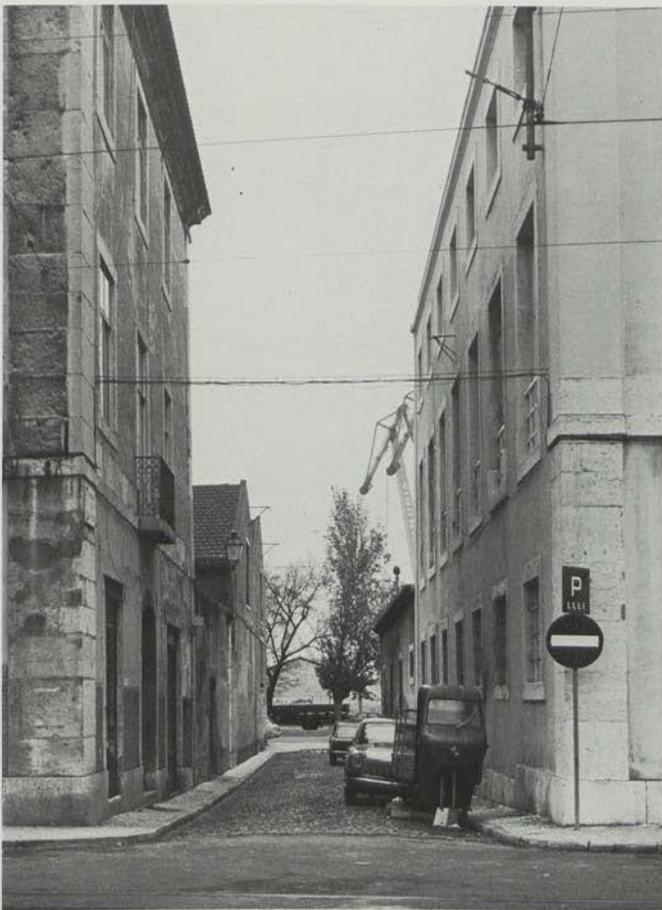
Os exemplos que apresentaremos seguidamente cremos demonstrarem não apenas a atenção dos olisipógrafos às questões de toponímia, mas também como dois casos cuja origem parecia simples a têm, na verdade, um pouco mais complexa.

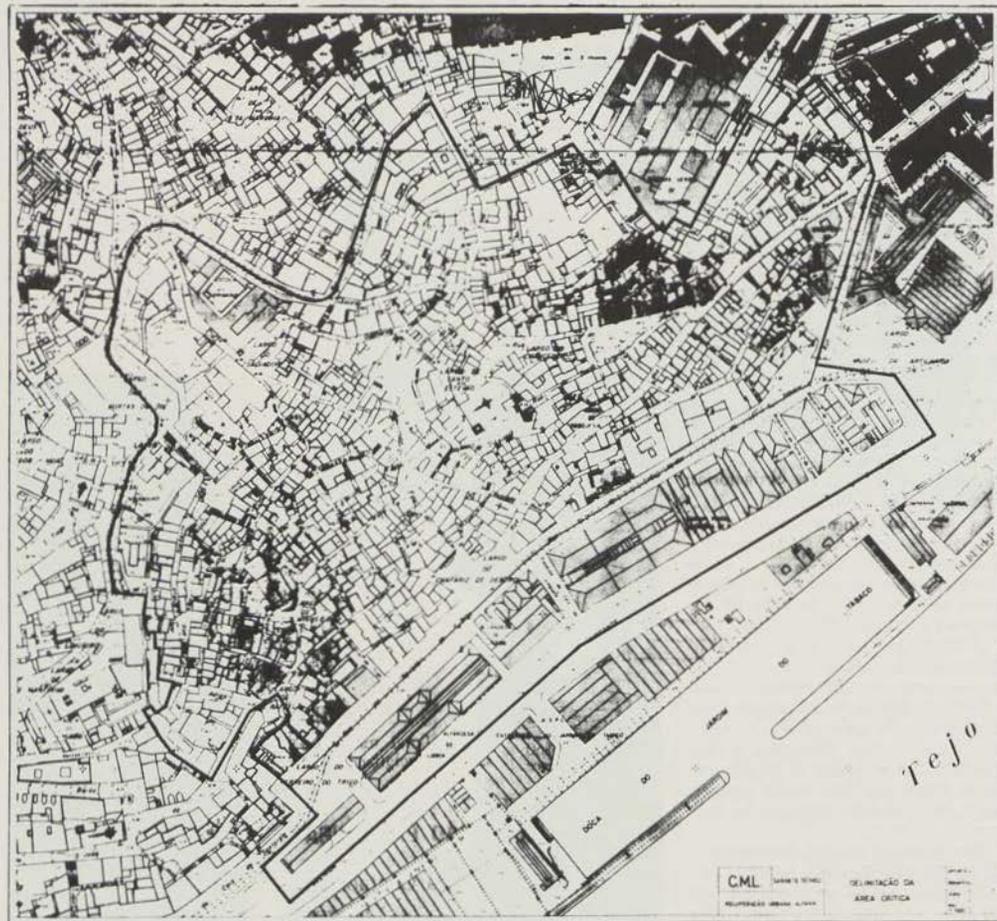
Foi em 1958, a 12 de Março, que num organismo científico de Lisboa, o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, o Dr. Fernando Bandeira Ferreira, intervindo no debate subsequente a uma comunicação da nossa autoria (1), considerou depreciativamente a «tese ou hipótese de *Achale* estar na origem do nome *Galé*, incluso na expressão toponímica portuguesa *Costa da Galé*» (2).

Fê-lo porque, tendo nós abordado o problema da localização da ilha de *Achale*, mencionada na *Ora Marítima* de Avieno, o Prof. Manuel Heleno aludira à suposição de Klotz assim referida por Adolfo Schulten no seu comentário a esse poema: «Que el nombre de Gale proceda de Achale, que seria A-gale, lo supone A. Klotz, pero lo niega Leite de Vasconcelos». (3)

Retomando o assunto posteriormente, afirmou o Dr. Fernando Bandeira Ferreira, reportando-se ao topónimo *Costa da Galé*: «na referida expressão, *Galé* tem a maior probabilidade de ser o nome da embarcação muito usada no nosso país da 1.ª Dinastia em diante, o qual parece vir do francês antigo *Galée*. E tão usada foi que o seu nome aparece, com bastante frequência, na toponímia costeira portuguesa. Por exemplo, a aldeia da Galé (Caminha), o pesqueiro da Galé (península de Peniche), as povoações de Galés e de St.º Estêvão das Galés (Maфра), a ponta e forte da Galé (Cascais), o boqueirão da Praia da Galé, pequena artéria de Lisboa, que faz supor a existência em tempos idos, de uma praia da Galé nesta cidade, a travessa da Galé (Junqueira-Lisboa) (4), o Alto da Galé (perto da lagoa de Albufeira), a aldeia da

Fotografia actual do Boqueirão da Praia da Galé tirada de Norte.





O decreto regulamentar n.º 60/86 determinou que fosse «declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona delimitada na planta anexa ao presente diploma situada na zona de Alfama, da cidade de Lisboa» (Diário da República, 1.ª série, n.º 252 de 31 de Outubro de 1986). Essa zona inclui o *Boqueirão da Praia da Galé*, o primeiro arruamento, a partir da direita, entre a rua do Jardim do Tabaco e a Avenida Infante D. Henrique.



Durante o cerco posto pelos castelhanos a Lisboa em 1384
travou-se dura luta entre os tripulantes das galés portuguesas e castelhanas.
O artista Martins Barata assim reconstituiu essa luta.

DESCRIPTION DE LA VILLE DE LISBONNE,

OU L'ON TRAITE

DE LA COUR, DE PORTUGAL,
de la Langue Portugaise, & des Mœurs
des Habitans; du Gouvernement, des
Revenus du Roi, & de ses Forces par
Mer & par Terre; des Colonies Por-
tugaises, & du Commerce de cette
Capitale.



A AMSTERDAM;
Chez PIERRE HUMBERT.

M. DCC, XXX

Rosto da
Description de la ville de Lisbonne
de 1730.

Ai se encontra a referéncia
à «Maison appelée la Galere».

Galé (Odemira), os casais da Galé de Cima, da Galé do Meio e da Galé de Baixo (todos no concelho de Aljezur), a Pedra da Galé, rochedo ao largo da Carrapateira (Algarve), a praia da Galé (Armação de Pera) e, sobretudo, *outra* Costa da Galé, pequena parte do litoral a E. S. E. de Sines» (*).

Olisipógrafos ocuparam-se da origem dos dois topónimos lisboetas: o boqueirão da Praia da Galé e a travessa da Galé. Por ser curiosa e diversa a origem imediata desse mesmo termo *Galé* nos dois topónimos referidos, recordemos rapidamente o assunto, tanto mais que tal comprovará a complexidade das questões toponimicas e a atenção que lhes tem sido prestada.

Reportando-se ao boqueirão da Praia da Galé, afirmou Júlio de Castilho, em 1893, na sua obra *A Ribeira de Lisboa*: «Defronte da ermida do Senhor Jesus da Boa Nova segue-se, da banda do Tejo, entre prédios modernos, um boqueirão denominado *da praia da Galé*. A origem

Trecho da *Carta Topográfica de Lisboa e seus Subúrbios*, levantada no ano de 1807, debaixo da direcção do Capitão Engenheiro Duarte José Fava, reduzida e desenhada na Casa do Risco das Obras Públicas em 1826 e litografada em 1831.

Representa a parte ocidental da rua da Junqueira e os terrenos, a sul, entre essa rua e o rio Tejo.

Escreveu Mário de Sampaio Ribeiro:

«... várias casas, mais ou menos modernas, entre as quais se abrem pequenos arruamentos voltados ao sul e hoje todos "desaguando" no areal.

O primeiro é a travessa da *Galé*, mas que devia chamar-se do *Galé*, visto que o topónimo tem origem no sr. Manuel Francisco Galé, sujeito que tinha um estaleiro de construção de botes catraios e de espicha na praia vizinha...»

Será o que figura na Carta Topográfica, a oriente





A Travessa da Galé vista de sul.
À direita a placa toponímica. Aspecto actual.

do nome está no edifício do lado oposto; sombrio e gradeado como prisão. Tal com o vemos, outra coisa não é senão a antiga cadeia dos Galestes, ou condenados a Galés»⁽¹⁾.

Mas já em obra anónima publicada em 1730 encontramos referência a esse mesmo edifício: «Ou voit au bout de la Ville Occidentale, (*) une Maison appelée la Galere. Elle a pris ce nom de l'usage ou l'ou est d'y enfermer les Galestiens, qui viennent la plupart des prises que les Portugais font de tems en tems sur les Mores avec qu'ils sont continuellement en guerre. Ces sortes d'Esclaves sont occupés pendant le jour sur les Voisieux du Roi, ou à porter du bois, de l'eau, e &c. pour l'usage des Maisons des principaux Officiers de la Marine, & la nuit ou les conduit à la Galere»⁽²⁾.

No volume do *Guia de Portugal* respeitante a Lisboa e arredores, lê-se: «Defronte da ermida, para o lado do Tejo, o *Boqueirão da Galé*, que memora o antigo edifício da Galé, cujos restos ainda se observam»⁽³⁾.

Quanto à praia da Galé, não somente se infere a sua existência do *Boqueirão da Praia da Galé*. Há referências específicas à Praia da Galé. Assim, em periódico de 1860, foi divulgado um auto onde se lê: «nesta cidade de Lisboa, e sítio denominado, Praia da Galé, a Oeste do edifício do Arsenal do Exército...»⁽⁴⁾.

E Júlio de Castilho, em *A Ribeira de Lisboa*, cuja primeira edição, como referimos, é de 1893, também menciona expressamente a «praia chamada da Galé, em frente do Arsenal do Exército»⁽⁵⁾.

Se, nos topónimos referidos, o nome Galé teve origem imediata no edifício denominado de Galé, na travessa da Galé, da Junqueira, derivou de um antropónimo, segundo Mário de Sampayo Ribeiro. De recordar ter este investigador nascido na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda⁽⁶⁾ e que aí viveu, tendo dedicado uma parte da sua atenção ao estudo do passado da Ajuda, Belém e Junqueira, ⁽⁷⁾. No seu trabalho consagrado à Rua da Junqueira, diz-nos ele: «...a travessa chamada da Galé, mas que devia ser do Galé, visto que o topónimo tem origem no Sr. Manuel Francisco Galé, sujeito que tinha um estabelecimento de construção de botes catraios e de espicha na praia vizinha e morava em certa casinha, que há anos foi pintada de cor-de-rosa, tem duas janelas sacadas de frente, telhado de duas águas, está construída enfiada em relação ao eixo da rua e é perfeitamente visível por quem passa na Junqueira»⁽⁸⁾.

Em ambos os casos, a origem remota de Galé será o nome da embarcação.

(1) Interpretação dum trecho da *Ora Marítima de Avieno*

Desenvolvida, deu origem ao capítulo IV do nosso estudo *Aspectos e problemas arqueológicos de Troia de Setúbal*, publicado no vol. LXV da revista «Ocidente» e em separata, em 1963.

(2) Justifica-se a referência depreciativa do Dr. Fernando Bandeira Ferreira, pois, como acentuou, a tese ou hipótese parte de um erro manifesto: considerar-se Costa da Gale e não da Galé. Veja-se da sua autoria *A propósito do nome de Achale ou Acale da Ora Marítima de Avieno*, Guimarães, 1959, págs. 1 e 6, assim como de Scarlari Lambrino *Les celtes dans la péninsule Ibérique selon Avienus*, artigo publicado no 'Bulletin des études portugaises et de l'Institut Français au Portugal', nouvelle série, tomo 19, 1955-1956, Livraria Bertrand, 1957, pág. 13 nota 23.

(3) *Fontes Hispaniae Antiquae*, 2.ª ed., Barcelona, 1955, vol. I, pág. 104, comentário aos versos 183-184 da *Ora Marítima*. Note-se que a palavra Galé nunca está acentuada na obra de Schulten, onde aparece 5 vezes.

(4) O itálico é nosso.

(5) Fernando Bandeira Ferreira, *ob. cit.*, págs. 6-7.

(6) *A Ribeira de Lisboa, Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, livro II, cap. V, Lisboa, 1893, págs. 130-131. Na 2.ª edição, de Lisboa, 1940, revista e ampliada pelo autor e com anotações de Luis Pastor de Macedo, o trecho transcrito mantém-se sem alteração. Ver o cap. XIX, vol. I, pág. 204. Na 3.ª edição, Lisboa, 1948, regista-se apenas mudança na página. O trecho está na página 191.

(7) Em 1717, Lisboa foi dividida em Lisboa Oriental e Lisboa Ocidental. Essa divisão manteve-se até 1740.

(8) *Description de la Ville de Lisbonne*, A Amsterdam chez Pierre Humbert, MDCCXXX.

(9) Edição da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1924, vol. I, pág. 305.

(10) 'Arquivo Municipal de Lisboa', 22 de Setembro de 1860, n.º 38, pág. 300.

(11) Livro VI, cap. IV, pág. 659. Na 2.ª edição de Lisboa 1944, encontra-se a mesma referência no cap. XII, do vol. V, pág. 120. Na edição de 1968, por lapso indicada como sendo a segunda, a referência está também na página 120.

(12) Veja-se o *Elogio de Mário de Sampaio Ribeiro* de António Brásio, edição da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1975.

(13) *Do sítio de Nossa Senhora ao actual Largo da Ajuda — 1936*

A Calçada da Ajuda — 1940

Do Sítio da Junqueira — 1939

As quintas reais no lugar de Belém — 1935

Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém — 1949

A Torre e a fortaleza de Belém — 1954

(14) *Do Sítio da Junqueira*, Lisboa, 1939, págs. 22-23.

DEAMBULAÇÕES PELA LISBOA SETECENTISTA

O COMÉRCIO E O ARTESANATO

AO REENCONTRO DE UMA VIVÊNCIA QUOTIDIANA

A ideia da «construção» de um trajecto pela Lisboa setecentista excluiu, desde o primeiro momento, a hipótese de um roteiro monumental/estético, «tradicional» por definição (sem que com isso se lhe queira imputar conotação negativa). Firma-se ao mesmo tempo a exigência da organização de um itinerário que propicie um contacto estreito (e sem dúvida aliciante) com os elementos materiais e humanos «ocultos» da nossa cidade.

Optámos, neste âmbito, pelo reconhecimento/identificação dos indicadores relativos às diferentes processualidades de comércio e artesanato que pela estreita relação que mantêm com a população das cadências «vitalistas» da população de Lisboa, possibilitam a apreensão dos comportamentos grupais, o mesmo é dizer, das ritmias do quotidiano, que ainda hoje, volvidos mais de duzentos anos, são visíveis.

Não perderemos de vista o que muda do ambiente humano pós-terramoto e o itinerário, resguardando-se do estético/monumental, tem forçosamente de reflecti-lo. É que, se algumas zonas não foram muito afectadas (da Sé para cima), outras houve em que nada voltou a ser como dantes, nem sequer as gentes. As áreas que vão sensivelmente do Camões à Praça do Comércio — rua dos Bacalhoeiros, em tudo são produto/multiplicador da reconstrução urbana na Baixa. As gentes, os grupos, as classes,

confluem, misturam-se, diluem-se, compram e vendem num «ecossistema» cuidadosamente concebido, aberto inclusive ao mundo (o rio e o mar).

A aposta é feita na entrada e na saída fáceis de matérias-primas, produtos e indivíduos. Era a moldura perfeita! A Lisboa que percorrermos nas próximas páginas, fixada imagetivamente, é sinónimo de imediatização da mensagem. Mais importante do que o que se lê é, neste caso concreto, o que também se observa. Esta Lisboa setecentista tem nas suas sobrevivências e nos seus testemunhos orais um quadro gradativo de quotidiano que se determinam e são determinados pela vigência de constantes e cambiantes da vida comercial e artesanal da cidade.

«O LARGO DO CARMO AO CAMÕES:
À DESCOBERTA
DOS "ESTABELECIMENTOS"»

Ao longo desta primeira etapa trans-espacial detectam-se, como de certo ao longo das que lhe sucedem, modelizações de disseminação/miscegenação dos tecidos tipológicos de comércio e artesanato da Lisboa setecentista. Daqui resulta que se devem perscrutar variáveis de relacionamento entre o que produz/fabrica e/ou vende e aquele que compra.



Estampa 1

«A continuidade como espaço de venda de bens alimentares já confeccionados» no Largo do Carmo n.º 2

Tudo se concerta, pois, para a possibilidade de fazer vigorar estratégias multimodas de «encenação» e organização do espaço de compra e venda. O Largo do Carmo, área de partida (reencontro), propicia-nos desde logo um contacto com a realidade supracitada. Uma primeira expressão é feita no n.º 2 deste Largo (estampa 1), hoje pastelaria e casa de chá, indubitavelmente em continuidade como espaço de venda de bens alimentares já confeccionados.

Sobejam motivos para a sua implantação neste conjunto habitacional, já que se trata duma área de referências eminentemente lúdicas e de diversão (café, teatros, botequins) onde «os burgueses e os fidalgotes faceiras, sempre prontos a derriçar no lenço para mostrar o seu estado de alma e a namorar de estafermo as cómicas. Os ministros de beca, os escrivães da vara e a mescla do funcionalismo do tempo... se perdiam nas óperas da Academia da Trindade» (!)... no teatro do Bairro Alto e na ópera do Bairro Alto.

Da forma como se dispunha este local de imediato consumismo, não restam traços significativos, suspeitando-se, contudo, que não diferisse na generalidade da equação funcional e rentável entre balcão e zona de mesas.

A descida para o Largo de Camões obriga a que nos dirijamos para a Rua do Loreto, deparando no n.º 55 (estampa 2) com o estabelecimento de fabrico e venda de velas, desde 1789, e recheado no



Estampa 3
Latoeiro
da Rua da Emenda



Estampa 4
Taberna
da Rua das Flores



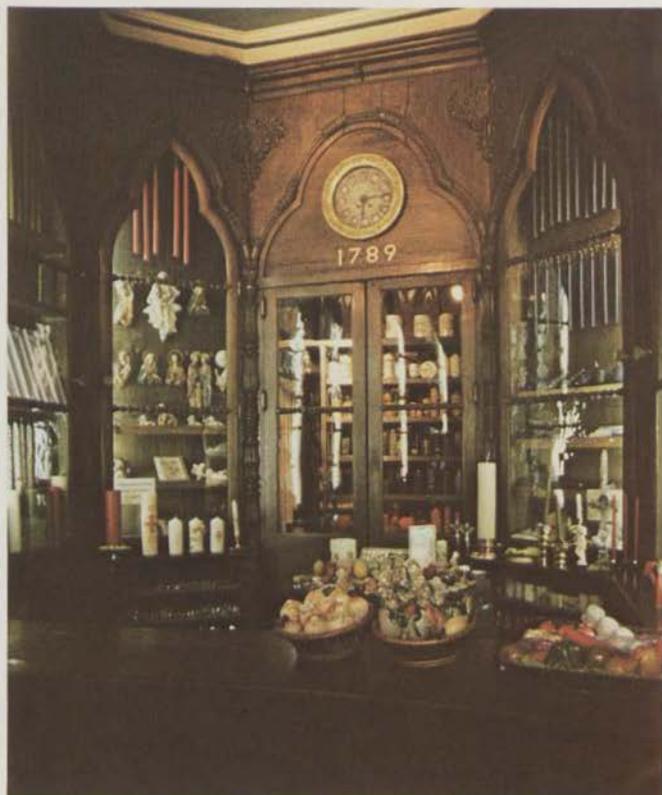
Estampa 6
Pormenor da Exposição
de artigos de vestuário,
na Praça de S. Paulo.



Estampa 5
Desde cerca do séc. XVIII
que mantém muitas destas características
a loja do n.º 72 da Rua de S. Paulo



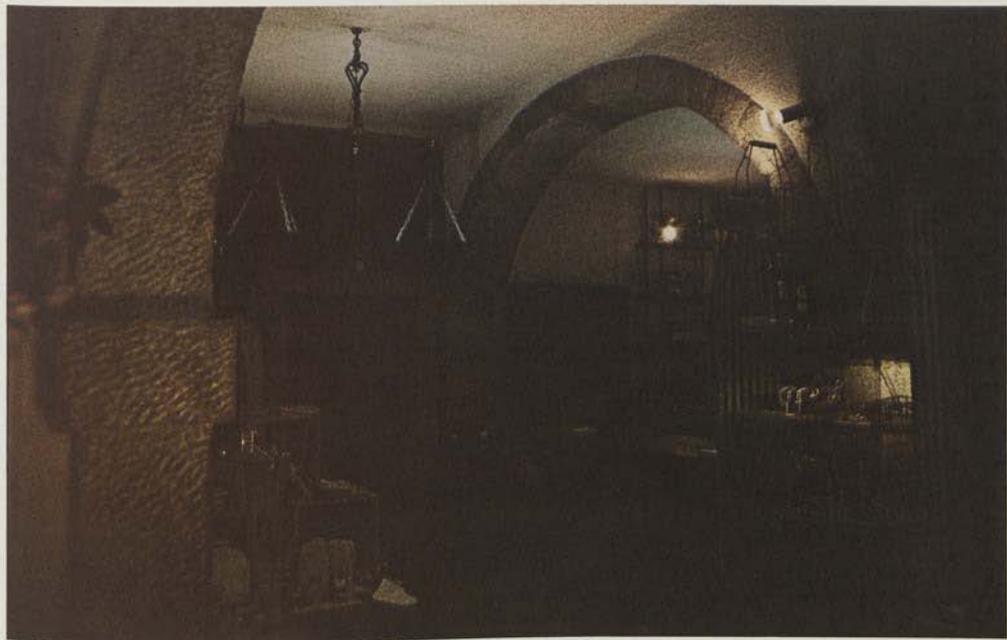
Estampa 8
A sempre deslumbrante
Casa Batalha, no n.º 75
da Rua Nova do Almada



Estampa 2
A Casa das Velas
no n.º 55 da Rua do Loreto
e os elementos setecentistas
do seu interior

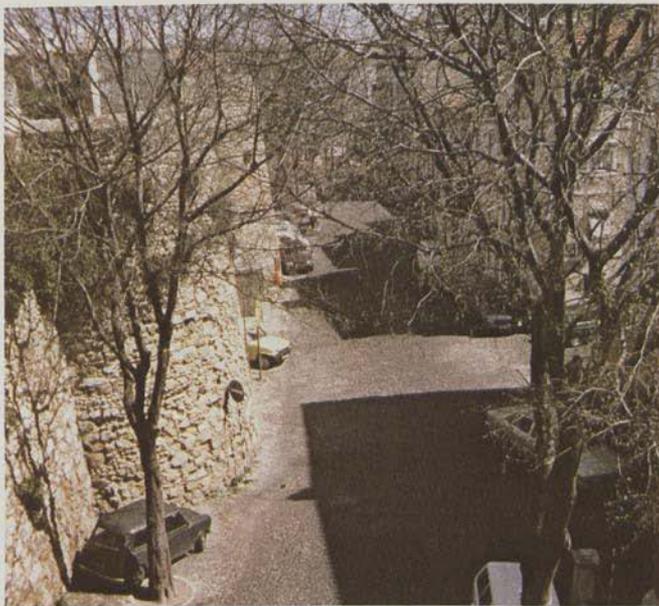


Estampa 7
Um aspecto da Praça
hoje chamada da Ribeira.



Estampa 9

«... salvo um ou outro arco
no interior da loja
e alguns exemplares de balanças...»,
é o que fica do olhar no n.º 22
da Rua da Assunção.



Estampa 20

A Rua do Chão da Feira,
à entrada do Castelo;
um espaço de comércio,
hoje apenas ocasional

Estampa 10

A antiga Casa da Neve,
um dos primeiros cafés de Lisboa,
hoje o Martinho da Arcada



Estampa 11

A Praça do Comércio;
um compromisso com o mar
e com o comércio internacional



Estampa 12

Uma cordoaria
na Rua dos Bacalhoiros;
a abertura da loja ao exterior



seu interior de elementos indelévelmente característicos do século XVIII. Os mais «chamativos» dentre eles, o bellissimo relógio de parede, a «porta aberta» para a oficina e a exiguidade do balcão, a fazer privilegiar o espaço de movimentação/escolha do comprador no interior do «estabelecimento».

Bem perto, na Rua da Emenda, n.º 116 (estampa 3) não menos surpreendente se revela a oficina de latoeiro, impressivamente fixadora de marcas referenciais da data da sua fundação (meados do século XVIII) desde a fomalha à «arrumação» mural dos instrumentos de trabalho, à ténue iluminação, mas sobretudo no ambiente criado pela postura dos objectos em latão, expostos para venda. Nota-se, pois, a determinação duma «excentricidade» polivalente das actividades comerciais e artesanais em termos de localização (!), numa zona que não parece especialmente vocacionada para o comércio ambulante e que vem suscitar uma ambivalência actuante, com o pragmatismo das necessidades e desejos duma textura populacional (com a liderança de categorias socioeconómicas médias/altas), que reclamam e fazem predominar o «estabelecimento».

Via Rua das Flores vamos encaminhando-se para a faixa que bordeja o Tejo, por todos os lados rodeados de atenções do setecentos, nitidamente visíveis nos edifícios.

«SOB O SIGNO DO TEJO – S. PAULO E RIBEIRA NOVA – OS BARCOS, AS TENDAS E AS TABERNAS»

Muito próximo do fim da Rua das Flores (fim no sentido descendente), confrontamo-nos nos n.ºs 6 e 6-A (estampa 4) com a que outrora se encontrava aberta ao público, como taberna desde a década de 1770, e que mantém ainda hoje invulgar número de partículas conservadoras daquela época. Um olhar atento sobre o que é agora a cozinha e antes fora também comedouro, é suficiente para ficarmos com uma ideia muito precisa, estranhamente precisa do que teria sido uma taberna lisboeta do século XVIII; é o chão coberto pelo lajeadado irregular, é a penumbra resultante da inexistência de janelas, é a mesa comprida de madeira maciça, é a «envergonhada» separação entre a cozinha e a área de comedouro.

Saídos da Rua das Flores, estamos na

Rua de S. Paulo, fronteira à Praça de S. Paulo. Aqui o n.º 72 (estampa 5) merece uma visita, mesmo breve. Existindo desde o século XVIII (segundo nos afiançaram, desde 1780) como loja de venda de tecidos, é-o ainda hoje, conservando na disposição das mercadorias, «provocadoramente» expostas, por ausência absoluta de montras e vitrinas interiores ou exteriores, e na própria organização do espaço de atendimento, «traços fisionómicos», que vão bem a preservar a facilidade de movimentação de quem compra, mediante a ampla zona libertada para além do balcão de madeira, comprido e funcionalmente «largo».

Pisamos agora ambientes/tipos de comércio e artesanato e maior vinculação ao ramo alimentar, de roupas e tecidos, quem sabe por nos encontrarmos num nóculo concentrador de venda ambulante, e no qual a Rua da Ribeira Nova e do Largo de S. Paulo representariam pólos fundamentais. É este o molde instituído e que actualmente se confirma no Mercado da Ribeira (conquanto a Ribeira — Praça do Peixe — no século XVIII se devesse situar na borda de água, para além do Terreiro do Trigo) (estampa 7).

Justifica-se do mesmo modo pela detecção do processo de mostra dos artigos nas lojas, quase todas elas de roupas, que se inserem no Largo de S. Paulo (estampa 6).

Não será de todo difícil e mesmo inverosímil supor a praça fervilhante de tendas e o ar cruzado pelos pregões de quem vendia. Tudo isto manifesta ainda verosimilhança pelo facto de a proximidade do Tejo facilitar a este eixo Ribeira-S. Paulo um papel de estrutura abastecedora da cidade em produtos provenientes da pesca.

Esta mesma incidência não deve ser contestada após uma passagem pela Rua dos Remolares (topónimo que remete imediatamente para os indivíduos e actividades relacionados com o fabrico e conserto de remos) (!), onde são notórios dois ou três estabelecimentos de venda de apetrechos para barcos e que tem continuação até à Praça do Duque da Terceira.

A relação/articulação com o programa de quotidiano adquirir outros contornos e outra intencionalidade, pela circunstância de nos posicionarmos num outro horizonte socioeconómico mais segmentado, mais complexo, mas segura e maioritariamente de nível estratigráfico a apontar num sentido médio/baixo.

Através da Rua do Arsenal vamos diri-

gindo-nos para o Largo de S. Julião, ar-téria primeira de novas ordens, de novas cores, desta Lisboa setecentista.

«A BAIXA POMBALINA: O ALINHAMENTO URBANO E A CONSAGRAÇÃO DUM «ECOSSISTEMA» COMERCIAL ARTESANAL»

A Rua do Arsenal desemboca logo na Praça do Município, geminada com o Largo de S. Julião, onde vamos encontrar, nos n.ºs 14 e 21, uma antiga oficina e loja de ferrarias, desde 1781, que hoje pouco ou nada preserva da sua antiga traça. Assim, observá-la-emos tão-só de passagem. Ao contornarmos pela esquerda, entraremos na Rua Nova do Almada, ao meio da qual, no n.º 75 (estampa 8) não poderemos deixar de contemplar maravilhosos um exemplo vivo do que era no século XVIII um estabelecimento comercial. Referimo-nos à Casa Batalha, a qual, embora ainda anterior ao século XVII, (1635), soube e quis manter todo um conjunto de sinais vincadamente epocais — os arcos de pedra, as vitrinas interiores, pois a relação «hermética» com o exterior é seguida, os balcões de madeira e constantemente longitudinais e largos, um ou outro candeiro de pé e, é claro, um teimosamente bem conservado lageado de pedra.

À saída desta loja, continuamos em direcção à Rua do Carmo, penetrando na Rua do Ouro, via Escadinhas de Santa Justa. Nesta importante artéria da baixa pombalina ficaremos com a ideia muito nítida da estruturação espacial/comercial; todo um conjunto de lojas dos dois lados da rua, parte delas de certo já presentes no século XVIII.

Igualmente deste período é na Rua da Assunção, o n.º 22 (estampa 9). Na actualidade, foco de venda de artigos decorativos, era, no entanto, desde o último quartel do século XVIII, até fins do século passado, uma oficina de ferreiro e uma fábrica de balanças. Aqui, os nossos olhos pouco terão de reter, salvo um outro arco no interior da loja e alguns exemplares das balanças que a oficina fabricava. Sem hesitação, viramos para a direita até à Rua Augusta, passada a qual estaremos na Rua da Prata, cujo n.º 114 merece rápida observação, pois que desde 1787 funciona aberto ao público, como oficina (presentemente loja) de re-joaria.

O sentido descendente da Rua da 37



Estampa 13
Oficina
da Rua Afonso de Albuquerque

Prata leva-nos à Rua da Vitória, que contornaremos para a Rua dos Fanqueiros, «esta Rua dos Fanqueiros, que vinha suceder pouco mais ou menos pelos mesmos sítios à antiga fancaria». (*)

Os n.ºs 61 a 71 teriam sido desde 1793 um ponto de comercialização de ferrarias, artefactos metálicos e quinzeilhas. Infelizmente a sua fachada e o seu interior não nos deixaram dessa função/epocalidade qualquer indício. De tudo o que vimos, é-nos permitido conjecturar que se trata duma zona nuclearmente propiciadora/propícia de forte concentração comercial e artesanal, emergente de novos condicionalismos que o terramoto de 1755 acelerou, em conjugação dialéctica como novos mecanismos e padrões de regulação económica, urbanística e até demográfica, pelo que quase nos atreveríamos a chamar-lhe um operatório ecossistema comercial/artesanal, onde a uma miscegenação de processualidade de venda e troca corresponderia uma policromia socioeconómica de compradores/consumidores. A substancialidade está a concretização toponímica (Rua dos Fanqueiros, Rua dos Douradores, Rua dos Correiros, Rua dos Sapateiros, etc.) (*).

Regressemos à Rua da Prata, sigamola até ao fim e, quando ainda não estivermos no interior da Praça do Comércio, teremos ao nosso lado direito no número 2 (estampa 10) um dos primeiros cafés de Lisboa (1782), a Casa da Neve, um dos precursores dos famosos cafés políticos da mudança do século e que a cidade conhece hoje pelo Martinho da Arcada.

Uma vez mais, à semelhança de tantos outros casos, a decoração oitocentista substituiu a do século anterior e nada resta do que outrora se constituía num animado ponto de encontro de pensadores, comerciantes e artistas, grosso modo, de «novas gentes», que a reconstrução da baixa trouxera consigo.

Quando deixarmos a protecção das Arcadas, pisaremos a Praça do Comércio.

«A PRAÇA DO COMÉRCIO: O PÓLO ESTRUTURADOR DA CIDADE»

A Praça do Comércio coincide com o termo da primeira metade do nosso itinerário já que assinala o momento em que estas «deambulações» se dirigem para a

parte leste da cidade. Ponto de repouso do percurso, esta praça sugere uma dupla reflexão em torno da sua dinâmica e operacionalidade no âmbito da cidade de Lisboa.

Por um lado, e num primeiro tempo, o Terreiro do Paço deve ser perspectivado como especialidade própria, autónoma relativamente ao enquadramento físico da cidade. Ressalta aqui a sua importância enquanto centro administrativo e político da Lisboa de setecentos, situação que, dada a grande concentração de ministérios, transita quase que imaculadamente para os nossos dias. Sobressai também a sua condição de pólo aglutinador do pequeno comércio de bens alimentares, ao qual sucede agora um comércio ambulante interno, a ratificar a funcionalidade secular deste local como espaço de comércio. Emerge por último, e com contornos muito claros, a relação, quase de compromisso, que mantém com o mar e com o comércio pan-continental (estampa 11).

Doutro modo, e num segundo momento, talvez mais englobante, a Praça do Comércio representa o fulcro da cidade de Lisboa, assume-se como o seu pólo estruturador. A oeste assegura a ligação com o eixo Santos-o-Velho → Alcântara → Belém; para leste, com o eixo Campo das Cebolas → Terreiro do Trigo → Xabregas; para o centro, com a Baixa Pombalina. Nesta tríade estão presentes as diversas vertentes do vitalismo comercial e industrial da cidade no século XVIII. Alcântara e Xabregas crescem, ao longo do século, como zonas de concentração de manufaturas, para além de se constituírem como as principais entradas da cidade; Belém, o Campo das Cebolas e o Terreiro do Trigo assumem-se como áreas de abastecimento alimentar (Belém como área fornecedora, conjugada com os restantes limites do termo de Lisboa; os dois largos como áreas de distribuição à população); a Baixa é, por seu lado, o centro comercial e humano da urbe.

A cidade de Lisboa, no século XVIII, cresce nestes três sentidos. Não se prolonga para o interior, já que esse será um fenómeno dos séculos XIX e XX, intrinsecamente conotado com o fomento dos transportes. Estende-se, antes, ao longo do rio (*), limitando-se a seguir a sua tendência, senão vocação, marítima, usufruindo da rede fluvial doméstica montada em seu proveito e da posição privilegiada que ocupa no quadro do Atlântico. (*)



Estampa 14

A sobrevivência
do ambiente de setecentos
num armazém de cereais
da Rua Afonso de Albuquerque

Estampa 15

O Campo das Cebolas; o transporte de mercadorias e a relação com o rio





Estampa 16

O Largo do Terreiro do Trigo;
o prolongamento,
físico e temático,
do Campo das Cebolas



Estampa 17

O Beco do Pocinho;
a animação de um aglomerado
de tendas e «negócios»

Resta-nos seguir essa inclinação natural da cidade e, caminhando à «borda d'água», subir o Tejo até ao Terreiro do Trigo.

«"A BORDA D'ÁGUA":
DA RUA DOS BACALHOEIROS
AO TERREIRO DO TRIGO»

Claramente na continuação das constantes toponímicas das ruas da Baixa Pombalina, a Rua dos Bacalhoeiros, à qual, pelos mesmos motivos, se deve juntar a dos Arameiros, é um testemunho vivo da perpetuação secular de actividades comerciais. São inúmeros os locais de comer e beber que se encontram de ambos os lados da rua; é também significativa a quantidade de armazéns que existem na área, indicador seguro de animação portuária.

No n.º 117 desta rua (estampa 12), uma cordoaria que mantém todas as características de uma loja setecentista, devem fixar-se as formas de arrumação dos produtos, com a sua exposição propositada no exterior. As semelhanças com o que notámos para a Praça de São Paulo são bem elucidativas do que eram, e do que são, as concepções de organização/administração do espaço interno e externo de um núcleo de comércio.

Ao fim da rua, virando à esquerda, entramos na Rua Afonso de Albuquerque, pelo Arco das Portas do Mar. Esta rua, nomeadamente a área correspondente às traseiras da Casa dos Bicos, fornece bons exemplos para a tipificação das diversas vertentes da vida comercial no século XVIII. Os dois casos que respigamos — uma oficina (n.º 18) e o armazém de cereais do n.º 8 (estampas 13 e 14) — deixam antever, quer pelo ambiente quer pelo próprio espírito que preside ao comércio e à produção artesanal aí praticados, a sobrevivência de elementos materiais, humanos e mentais da centúria de setecentos.

A oficina é um testemunho flagrante da ainda visível miscigenação entre o processo de fabricação e o acto da venda. De facto, as fronteiras entre o aparelho comercial e a produção industrial são extremamente fluidas, à semelhança do que é tido como certo para o século XVIII. É um dado assente que a multiplicidade de pequenas unidades de produção existentes nesta área possui um cunho acentuadamente doméstico que lhe advém da relação, quase familiar, que a conjugação dos circuitos da produ-

Estampa 16

Uma mercearia
na Rua de S. Miguel, em Alfama;
mais uma vez, a estreita relação
do comércio com a rua





Estampa 19

Uma oficina de sapateiro, no Largo do Peneireiro; é a porta que dá o enquadramento à casa e, simultaneamente, ao largo.

ção e da comercialização em pequena escala propicia.

Do armazém do n.º 8 deve reter-se sobretudo, e para além das constantes arquitectónicas (ausência de janelas ou de aberturas laterais, sobrevalorização da porta), o pormenor relevante dos sacos onde se guardam os cereais: sacos pequenos, de pano, com a abertura vedada por um cordel e, posteriormente, lacrada. As semelhanças com as formas de armazenamento do século XVIII são evidentes.

Virando à direita, de novo em direcção à «borda d'água», entramos no Campo das Cebolas (estampa 15). O Campo das Cebolas é hoje um espaço de aglutinação de actividades conotadas com o transporte de mercadorias, numa estreita relação com a proximidade do rio. Pouco ou nada subsiste do comércio centrado no abastecimento alimentar à população da cidade, florescente no século XVIII. Na verdade, do eixo Santarém → Lisboa, uma das linhas abastecedoras de carne, frutas, legumes e cereais à capital, não há quaisquer sinais de vitalidade (?). Mantém-se, contudo, e como já notámos, a dinâmica comercial que deriva directamente de uma vivência marítima.

Logo adiante, o Largo do Terreiro do Trigo (estampa 16). Este largo nada retém da sua animação diária de setecentos, nomeadamente do intenso comércio de cereais que aí se processava, mas, à semelhança do que observámos para o Campo das Cebolas, continua a funcionar como espacialidade de comércio; o número expressivo de despachantes que se aglomeram nesta área é um indicador válido da perpetuação de um tipo de actividade que se correlaciona, secularmente, com o mar.

A tudo isto não será alheio o facto de, tal como no século XVIII, a alfândega se situar naquele local (?). O aparelho de Estado, neste caso a sua máquina de fiscalização e cobrança, acompanha a tendência global da cidade, estendendo-se ao longo do rio.

As nossas «deambulações» afastam-se agora do Tejo para se fixarem na observação atenta das realidades idiossincráticas dos bairros de Alfama e do Castelo.

«ALFAMA E O CASTELO; UM EMARANHADO HABITACIONAL E COMERCIAL»

O último núcleo deste percurso pela Lisboa setecentista representa uma in-

flexão relativamente às constantes apuradas para as áreas precedentes. A disposição e a densidade do espaço habitado projecta-se, tanto em Alfama como na zona do Castelo, no tipo de comércio praticado e nas cadências do quotidiano colectivo. A área é fechada sobre si mesma, a concentração habitacional é elevada e complexa, a disposição das casas e a traça das ruas sugere a proximidade (¹⁶). Proximidade que é, antes de mais, a dos indivíduos, sinónimo de partilha de vivências e de modelização de comportamentos.

Neste quadro, onde a especificidade da «arrumação» do espaço e a comunhão das formas de ser e estar da malha humana ressaltam de forma notória, não é difícil apreender e fixar os módulos de comércio em presença. O abastecimento alimentar da população parece constituir prioridade básica, mesclando-se aqui e ali com oficinas e pequenas unidades de produção artesanal.

É a Travessa do Terreiro do Trigo que facilita o acesso a Alfama e às realidades presentes no Beco do Pocinho (estampa 17) e na Rua de São Miguel (estampa 18). O Beco do Pocinho é um aglomerado de tendas, «negócios» e lojas de venda de peixe, de hortaliças e frutas que mantêm o mesmo figurino comercial e vivencial de há dois séculos. A rua estreita onde se processa este comércio diário de alimentos parece aproximar os prédios de ambos os lados, «mergulhando-os» numa animação que domina todo este espaço e na qual toda a área é «compelida» a participar.

A mercearia da Rua de São Miguel (n.º 79 e 79-A), logo à direita do Beco do Pocinho, prolonga esta dinâmica. Os artigos são expostos preferencialmente na rua e não dentro da loja enquanto o balcão, no interior, é nitidamente subalternizado.

O comércio assim praticado, se o encaramos como forma de comunicação, reforça uma sociabilidade já sugerida pela traça das ruas. A rua não é, como nas áreas de construção recente, local de passagem mas de permanência. É esta supremacia do «estar» sobre o «passar» que explica toda a teia de relações comerciais e humanas da área.

Ao cimo da Rua da Regueira (perpendicular à Rua de S. Miguel) encontramos o Largo do Peneireiro, outra área que se integra na dinâmica comercial e nos ritmos vivenciais de Alfama. A oficina de um sapateiro (estampa 19) parece dominar todo o largo já que o contacto com

Estampa 21

A mercearia do Beco do Recolhimento; o Castelo e Alfama identificam-se pelos processos de comércio em presença



quem passa está extremamente facilitado pela expressiva abertura da loja ao exterior; uma vez mais, é a porta, e não a montra ou o balcão, que dá o enquadramento à casa.

A zona do Castelo, cujo acesso é feito através do Pátio do Fradique, depois de termos subido a Rua do Salvador e passado pela Rua dos Cegos, é a projecção e o prolongamento das formas de estar e comerciar presentes em Alfama. A Rua do Chão da Feira (estampa 20) é um espaço nitidamente valorizável para as trocas numa estratégia ambulante, nomeadamente aproveitando o apoio da muralha, que ainda hoje os feirantes, por ocasião dos Santos Populares, utilizam com notável eficácia.

Esta pequena nuclearidade de comércio encontra uma expressão mais sedimentada no abastecimento de bens alimentares, da qual o n.º 7 do Beco do Recolhimento (já dentro do recinto do Castelo) é exemplo incisivo (estampa 21).

Uma vez mais se pode detectar um paradigma para a relação comércio/quotidiano. Esta relação encerra componentes curiosos como seja a venda do peixe porta a porta, ainda hoje uma realidade viva do comércio local e que contrasta violentamente com a progressiva descaracterização destas relações a que assistimos nas zonas posteriores da cidade e nas áreas suburbanas, onde o significado de termos como «lugar», «mercearia» e «feira» se vai deformando e esbatendo progressivamente.

O diálogo intenso que se estabelece, no caso exemplar nas zonas de Alfama e do Castelo, entre os parâmetros que regem a sua traça arquitectónica, os indivíduos e as formas e os espaços em que se processa o comerciar, ajudam a perspectivar, numa linha mais rigorosa, toda a problemática da vivência colectiva e das solidariedades que se criam e consolidam numa dinâmica tão propícia.

Em áreas menos herméticas, como a Praça do Comércio, o Campo das Ceboias ou o Terreiro do Trigo, vimos como a funcionalidade comercial secular destas espacialidades perpetua modos de vida e enferma o quotidiano dos indivíduos.

O mesmo se poderá dizer do que se observa no Carmo, em São Paulo ou na Baixa. O Carmo, zona dos teatros, dos cafés e botequins, mantém os mesmos ritos de sociabilidade há dois séculos. A Ribeira continua a inserir-se na dinâmica comercial e humana criada pela «borda

d'água». Na Baixa, a cristalização da desordem cede o passo ao realinhamento urbanístico pós-terramoto, arrastando novos padrões socioeconómicos, novas realidades quotidianas, novos «homens». A mudança traz a transformação e com ela as sementes do conservantismo.

Foi descoberta esta Lisboa. Que se lhe sigam «outras».

(1) Tal buliço no-lo transmite, com curiosa enfação, Gustavo de Matos Sequeira, «A Cidade de D. João V», in *Lisboa, Oito Séculos de História*, p. 483.

(2) O que confirma que «a realidade técnica de Lisboa (...) continuava a ser a oficina que se espalhava pela cidade numa miríade de pequenas unidades», Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Quercos, Lisboa, 1982, p. 94.

(3) Aliás esta questão da relação directa e activa entre a toponímia e as práticas económicas de cada rua ou artéria, adquire notável corporização na zona da Baixa Pombalina, conforme teremos ensejo de verificar.

(4) Assegura-nos Júlio Castilho, na sua obra *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*, vol. IV, p. 211, acrescentando que «foi destinada pelo decreto de 5 de Novembro de 1760, para arruamento dos mercadores de lançaria ou lançaria».

(5) A este propósito veja-se a interessante interpretação de José-Augusto França, no seu trabalho *Lisboa Pombalina, cidade do Iluminismo*, Horizonte, Lisboa 1965.

(6) É curioso fixar o depoimento de um visitante estrangeiro que em 1730, no auge do reinado de D. João V, um reinado marcado pelo afluxo do ouro brasileiro e pelo surto da construção civil, escrevia a propósito dos sentidos de crescimento da cidade:

«Há quem afirme que o rei tem o propósito de alargar a cidade construindo de um ao outro extremo de Lisboa um cais com cerca de quarenta toesas conquistadas ao Tejo...» (Description de la Ville de Lisbonne..., in *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983, p. 47).

Esta tendência seria, aliás, reforçada com o plano de reconstrução da cidade, após o terramoto.

(7) Efectivamente, a crescente influência do eixo Brasil — Lisboa — Grã-Bretanha no xadrez político e comercial internacional vinha dar uma outra dimensão ao oceano Atlântico, e por extensão, ao porto de Lisboa.

(8) De resto, o desenvolvimento do caminho-de-ferro, em meados do século passado, no âmbito da política dos «melhoramentos materiais», já tinha condenado ao desaparecimento esta via de acesso à capital.

(9) De facto, a Alfândega Nova foi construída no Terreiro do Trigo, ainda durante a governação de Pombal (1772).

(10) Orlando Ribeiro, no seu estudo intitulado *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Sá da Costa, Lisboa, 1967), refere-se particularmente a esta questão, integrando-a no contexto da cidade mediterrânica.

DE LISBOA AO CAMPO:

AS CASAS DE CESÁRIO VERDE

A respeito de onde nasceu Cesário Verde sabe-se só o que diz o registo do seu baptismo na paróquia lisbonense de Santa Maria Madalena, aos 2 de Junho de 1855. O prior Joaquim José de Sousa limitou-se a assentar que ele nascera, em 25 de Fevereiro, «nesta freguesia», que lhe foi posto o nome de José e que era filho de José Anastácio Verde e de sua mulher D. Maria da Piedade dos Santos Verde, nela moradores, seguindo-se a nomeação dos avós paternos e maternos — António José Verde e D. Joana Rosa Verde, Joaquim David dos Santos e D. Catarina Maria da Ascensão de Cristo — e do padrinho — Joaquim Rodrigues, «morador no lugar de Caxaria» —, este representado na cerimónia, mediante procuração, por seu filho Joa-

quim António Rodrigues. A madrinha foi Nossa Senhora dos Prazeres (?).

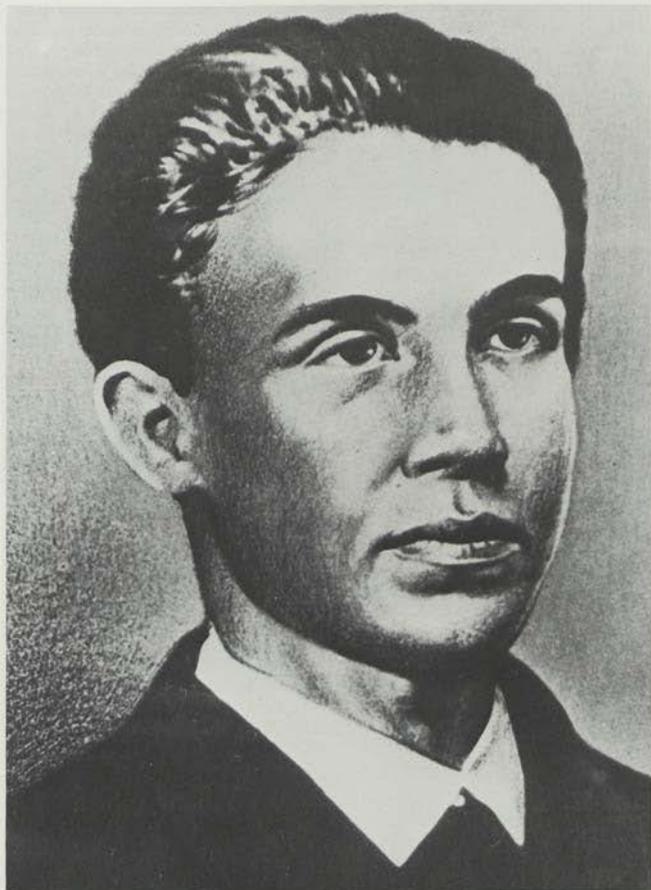
Não sendo propriamente igrejeiros, os Verdes eram todavia uma família que mantinha vivas certas tradições devotas já naqueles tempos, nos meios urbanos, a caírem no desuso. Assim, do mesmo modo que já seu pai levava o sobrenome Anastácio, porque nascido no dia de Santo Anastácio (11 de Maio — em 1813), o menino José nascido aos 25 de Fevereiro de 1855 levará Joaquim, de certo homenageando o velho padrinho (que já o fora de sua mãe), e Cesário, porque a 25 de Fevereiro a Igreja celebra São Cesário. Teve, vá lá, alguma sorte, pois um seu tio paterno alombou com o sobrenome bastante pouco comum e nada bonito de... Elesbão.

Tornando ao problema da casa onde o poeta veio ao mundo, que Luís Pastor de Macedo em vão procurou resolver quando, há cerca de quarenta anos, projectou dedicar-lhe um estudo genealógico, infelizmente não completado, só se pode afirmar isto: que João Pinto de Figueiredo, o seu melhor biógrafo, se equivocou defendendo a tese de que foi no número 16 da Rua da Padaria, casa esta propriedade, já em 1855, de José Anastácio Verde (?). É que, em 1855 como ainda agora, o lado dos números pares da Rua da Padaria pertence à freguesia lisbonense da Sê e só o dos ímpares à da Madalena. Ora para Cesário Verde ser baptizado aqui tendo nascido noutra freguesia, fosse ela qual fosse, ao pé ou longe, carecia a licença do eclesiástico, e o registo disso faria menção, o que não sucedeu.

José Anastácio Verde, com loja de ferragens e quinquilharias na Rua dos Fanqueiros, 2 a 8 [uma casa comercial fundada, talvez por seu pai, em 1808, mas que sucedia a outras destes Verdes de origem italiana, fixados em Lisboa no começo do século anterior (?)], morava em 1858 defronte do seu estabelecimento, no terceiro andar do número 9. Como esta parte da rua pertence à Madalena (até aos números 71 e 76) e como não se muda de residência constantemente, sobretudo quando ela é próxima do local de trabalho, pode supor-se que o nosso ferrageiro, de resto com toda a família dele e da mulher por ali perto (na Madalena, nos Mártires, no Sacramento), habitou aqui desde que se casara, em Julho de 1852, e que tanto Cesário como já sua irmã Maria Júlia, em 1853, depois Adelaide, em 1856, e Joaquim Tomás, em 1858, todos nasceram no mesmo terceiro andar do dito prédio (?). Mas, pelo menos de minha parte, é só uma suposição; como já notei, o registo do baptismo do poeta omite a morada onde nasceu. Por outro lado, não se conhece nenhum documento que supra essa omissão do prior Sousa. Por exemplo, nem no cartório da paróquia da Madalena, que Luís Pastor de Macedo consultou, nem no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde também investigou, se guardam os róis de desobriga da freguesia relativos a 1855 e próximos anos, mais acontecendo que José Anastácio Verde não pertenceu, enquanto ali residente, a nenhuma das suas confrarias, como a do Bom Jesus dos Perdões, cujos tomos consignam as moradas de todos os irmãos entrados.

A Igreja da Madalena.
Desenho de Luis Gonzaga Pereira
inserto nos
Monumentos Sacros de Lisboa em 1833.





Retrato de Cesário Verde (1872).

Não se identificando a casa em que Cesário Verde nasceu, sabe-se, porém, de outra, esta fora de Lisboa, que desde 1856 se encontrará intimamente ligada à sua curta existência, também ao tom último da sua obra: a da Quinta de São Domingos, ou dos Verdes, como é mais conhecida, em Linda-a-Pastora. Era propriedade dos seus, adquirida pelo bisavô, desde 1798 (?), e foi para lá que, em Junho de 1856, ao declarar-se em Lisboa a epidemia do cólera-morbo, José Anastácio Verde se retirou com toda a família, assim a furtando ao flagelo. A morte tomara conta da capital, em especial da sua Baixa, e quem podia abalava

para os campos. Cesário, que o ouvia relatar a seu pai, conta no poema autobiográfico «Nós» como foi:

*O que se ouvia sempre era o dobrar
[dos sinos:
Mesmo, no nosso prédio, os outros
[inquinilinos
Morreram todos. Nós salvámo-nos
[na fuga.*

Em 1857, outra epidemia: a febre-amarela. E de novo lá vão os Verdes para o refúgio de Linda-a-Pastora, só voltando a Lisboa talvez em Dezembro, pelo Natal, quando o mal foi dado por

extinto. «Fuga», diz o poeta, que noutra passo do mesmo poema, logo no começo, a caracteriza de «terror de lebre». Terror e fuga que se justificavam, pois, numa Lisboa a esse tempo com bem menos de 200 mil habitantes, o cólera de 1856 matou, segundo as estatísticas oficiais, nada menos de 3275 pessoas, e, de Setembro a Dezembro de 1857, a febre-amarela vitimou, nos hospitais, 1932.

A José Anastácio Verde, o ir com os seus para Linda-a-Pastora deu, além da salvação de todos nesse «salutar refúgio» (ainda palavras de Cesário em «Nós»), um resultado bem prático: aperceber-se do real valor da quinta soalá, da qual futuramente fará o centro de uma nova actividade, a de exportação, para o Brasil e sobretudo Inglaterra, de uvas, maçãs, tomates e cebolas.

Cesário, que também trabalhou desde rapazinho na loja da Rua dos Fanqueiros, ao balcão e como correspondente comercial, tornar-se-ia a alma deste segundo negócio familiar, o qual, com a sua doença e morte, findou de todo. Não só dirigiu a exploração da quinta, que na sua máxima expansão alcançou uma área de três hectares, como se empenhou na compra do produzido por outros agricultores e na direcção da conveniente embalagem das frutas.

Na casa de Linda-a-Pastora, ainda agora preservada, embora com ligeiros desfiguramentos, Cesário passou sucessivos verões e, nos últimos anos, até invernos quase inteiros. Em 1882, quando escreveu «Nós», ele aí dizia, reportando-se ainda a 1856-1857:

*E o campo, desde então, segundo o
[que me lembro,
É todo o meu amor de todos estes
[anos!
Nós vamos para lá; somos [provincianos,
Desde o calor de Maio aos frios de
[Novembro!*

Por 1860, o mais tardar no início do ano seguinte, os Verdes deixaram a insalubre Baixa de Lisboa e instalaram-se numa nova residência, na Rua do Salitre (?). O prédio, então com o número 107, agora o 5, pois a rua perdeu o seu começo, desde a das Pretas, com a abertura, em 1879, do primeiro troço da Avenida da Liberdade, acabara de ser adquirido pelo prosperante ferrageiro, e o andar escolhido para a habitação da família foi o segundo. Das traseiras, onde ficava o

Na primeira edição de *O Livro de Cesário Verde* figura este retrato do poeta, da autoria de Columbano.

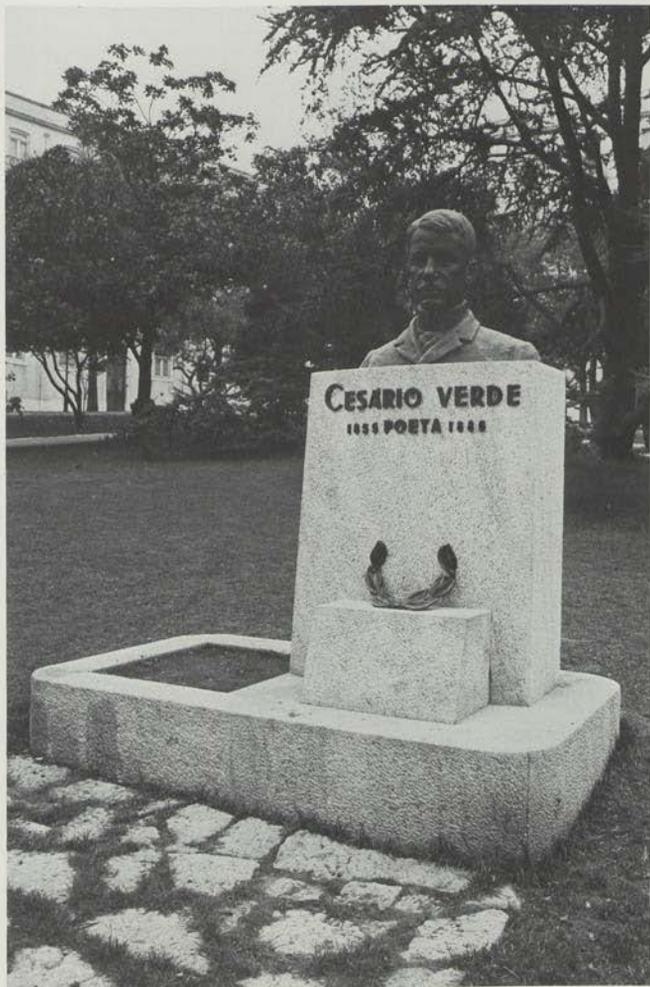


seu quarto, Cesário podia contemplar, logo ao pé, uma espécie de pequena quinta — no espaço do actual Parque Mayer — e, mais lá, a Praça da Alegria. Não muito longe, subindo a calçada do Salitre e atravessando pelo Vale do Peireiro para norte ou mesmo para leste, na direcção da Travessa de Lázaro Verde (?), era o puro campo saloio. Aos domingos, como Silva Pinto contará numa crónica, o poeta gostava de ir por ali. O panfletário seu amigo acompanhou-o bastantes vezes.

Além da de Linda-a-Pastora, esta casa do Salitre, também ainda escapada à fúria dos demolidores, tem que ver com a obra do nosso poeta, primeiro inspirada pela cidade e depois cada vez mais se voltando para uma temática campestre (embora sem bucolismo, pelo menos o tradicional). E foi nela que nasceu seu irmão Jorge Verde, também cultor da poesia, sobretudo um bom tradutor, para o francês, dos versos de Cesário. Mas também aqui foi que morreram, ambos da mesma doença que vinha a vitimar o poeta — a tísica, com então se dizia —, a irmã Maria Júlia, em Agosto de 1872, e o irmão Joaquim Tomás, em Março de 1882.

É de supor-se que a perda de dois filhos nesta casa pesou decisivamente em José Anastácio Verde procurar outra residência, bem longe dela. E foi talvez ainda em 1882 que ele e os seus passaram para a então ainda denominada Rua das Trinas do Mocambo, a Santos-o-Velho. Concretamente, já aí residiam em Outubro do ano seguinte, não se sabe em que andar do prédio com o número 50, actual 36, cuja construção parece ser de pouco antes (?). Lá continuavam residindo quando Cesário, em Fevereiro de 1886, pelo Carnaval, devido a uma molhadura e consequente resfriado, contraiu a doença pulmonar em breve considerada fatal por Sousa Martins. Silva Pinto, que foi visitar o amigo, de algum modo confirma o local quando diz no prefácio a *O Livro de Cesário Verde* que a casa era «ao Aterro» (o Largo de Santos e imediações da Avenida 24 de Julho).

Além de uma vaga referência de Henrique Lopes de Mendonça, dizendo que antes de ir para o Lugar d'Além, em Caneças, onde o visitou, Cesário estivera algum tempo em Linda-a-Pastora, o que há a respeito dos últimos meses de vida de Cesário praticamente se cinge à carta que escreveu a 16 de Junho a António de Macedo Papança, futuro conde de



No jardim da Praça da Ilha do Faial, à Estefânia, encontra-se o busto de Cesário Verde da autoria de Maximiano Alves, inaugurado em 1955

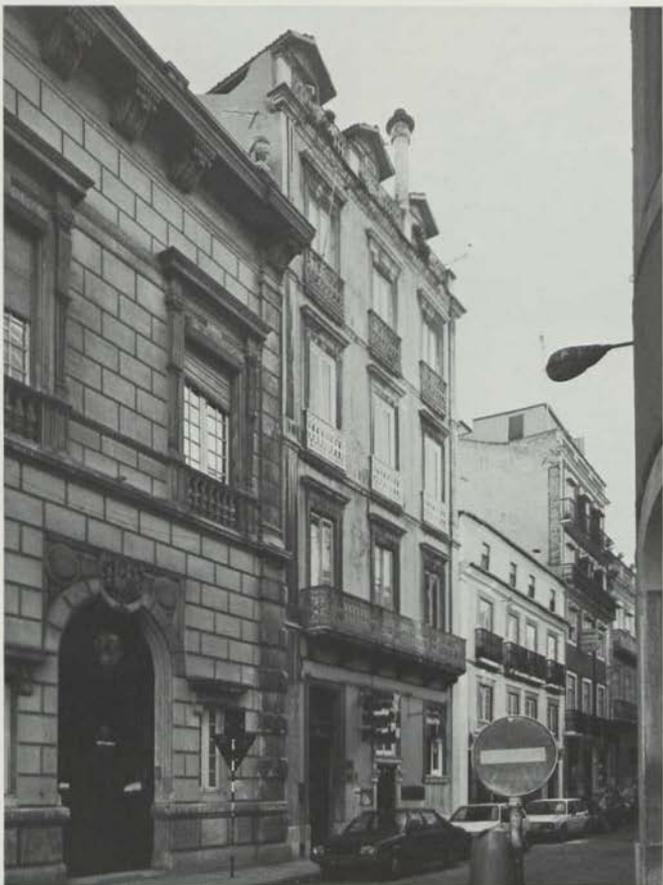
Monsaraz. Nela diz: «Sabes, já tenho casa em Caneças, é na situação e por acaso tem o feição que eu tinha imaginado, e que eu havia indicado a meu pai e a meu irmão, que lá foram. A minha nova pequena casa é tudo o que há de mais rústico e de mais pitoresco; da janela do meu quarto, estendo o braço, toco a rama dum pinheiro balsâmico e bravo. De roda tudo pinhais espessos e rumorejantes. Não fica na Caneças oficial e consagrada (...); fica longe, do outro lado das ribeiras e dos pomares, no sítio a que chamam o *Lugar d'Além*. Sabes quem fez esta minha habitação? Foi o próprio dono, mestre carpinteiro e marceneiro, à hora presente fabricando com mais 30 companheiros, numa grande oficina do Aterro, uma rica mobília para a princesa de Orléans (?).»

A identificação é impossível e, muito provavelmente, esta casa já não existe senão no «retrato» que dela traçou o poeta a um mês e três dias de morrer.

De Caneças, porque assim quis ou por conveniência familiar, Cesário foi trazido para o sítio do Paço do Lumiar, ficando instalado na casa do Largo da Ermida, hoje de São Sebastião, então com o número 64 na porta dando para o andar nobre, ou de residência, e desde 1926 com o 13. E foi nesta bonita moradia de veraneio setecentista que o poeta morreu, às cinco da madrugada de 19 de Julho de 1886⁽¹⁰⁾. Velava-o o irmão Jorge, que, a certa altura, talvez notando-lhe qualquer inquietação, perguntou se queria alguma coisa. «Não quero nada, deixa-me dormir», respondeu-lhe Cesário. E foram, assim tão simples, as suas derradeiras palavras.

Pouco dias antes teria ido visitá-lo, a seu pedido, a última amada, que seria, segundo disse Jaime Verde a Rodrigues Lapa em 1942, D. Carlota Maria de Moraes Sarmento, depois, pelo casamento, baronesa de Paço de Sousa. Ter-se-iam conhecido no Salitre, onde foram vizinhos.

Esta casa do Paço do Lumiar não foi, tudo o indica, alugada. A família que então a possuía, de apelido Oliveira, ainda hoje a possui e guarda vagas memórias do poeta, transmitidas por uma avó contemporânea dele e que saudosa e admirativamente o evocava. O que não se esclarece é se eram parentes, ou, não o sendo de facto, se tinham parentes comuns — e daí a hospitalidade dada ao tuberculoso em sua casa (que raros davam, temendo o contágio da doença). Que se saiba, Oliveira — Carlos Augusto



Prédio da rua do Salitre, n.º 5,
onde, no 2.º andar, a família Verde residiu de 1861 a 1882.

de Oliveira — era o marido de uma prima de Cesário, Palmira, irmã do editor de literatura infantil (como tal um notável pioneiro) Júlio Hermenegildo Verde, e era-o também, por sua mãe, outro primo, o já referido Jaime Verde. E por sinal que deste notável pintor naturalista hoje completamente esquecido há na casa um quadro, que os donos actuais herdaram da tal avó.

Na casa da Quinta de São Domingos de Linda-a-Pastora foi já assinalado, em 1955, numa placa de mármore, que Cesário Verde nela viveu. Nas de Lisboa que ainda estão de pé (até quando?) nada de semelhante se vê. O comentário é, evidentemente, escusado.

(¹) Já há anos que era norma, sucessivamente recomendada aos párocos, mencionarem estes nos assentos de baptizados a residência — rua, número de polícia e andar — dos pais dos baptizados. Em Lisboa, porém, nem todos a cumpriam e o prior da Madalena, talvez velho, decerto tímido, assim continuou.

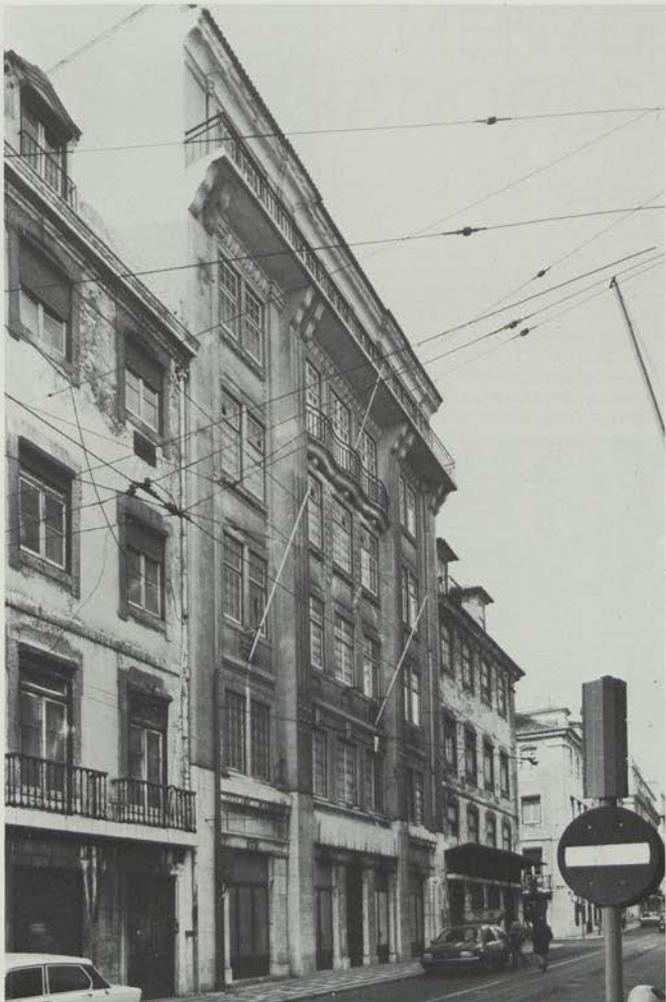
(²) In *Cesário Verde, a Obra e o Homem*, Lisboa, Arcádia, 1980. E, não obstante este e outros senões, no geral menores, o que de melhor se escreveu sobre Cesário.

(³) João Maria Verde, trisavô de Cesário, era natural de Génova, freguesia de Santa Maria delle Vigne. Veio para Lisboa em data que não se conhece e aqui se casou, aos 15 de Agosto de 1731, na igreja paroquial de São Paulo, com Ana Maria de Prê, natural e residente nesta freguesia (Arq. Nac. da Torre do Tombo, Secção dos Registos Paroquiais, *Livro 1 de Casamentos da Freguesia de São Paulo da Cidade de Lisboa*, f. 25). Como o assento de baptismo da consorte não foi reformado após o terramoto de 1755, não se pode saber com exactidão da sua origem familiar, que passa por ser, e possivelmente será, francesa. Acrescente-se que em 1731 já havia, além de João Maria Verde, outros Verdes na comunidade italiana de Lisboa, cujo parentesco com ele, se parentes todos eram, não se conhece. Por exemplo, Caetano Verde e Lázaro Verde, este natural de San Pier d'Arena, então um arrabalde de Génova. Quanto ao que fazia o trisavô do poeta, não se sabe. Mas seu filho Manuel Baptista Verde, o bisavô, já foi comerciante: «com Logea de Canquelharia», diz o registo do seu terceiro casamento, a 20 de Janeiro de 1771, com Joaquina Vitória de Meireles (Arq. cit., *Livro 1 de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa da Cidade de Lisboa*, f. 16).

(⁴) Já não existe e em seu lugar foi construído um bastante inestético edifício comercial, que terá os seus 60 anos, pouco mais ou menos: um legítimo antepassado das arquitecturas taverias.

(⁵) Segundo informação que obtive do falecido Eng. Edmundo Verde, filho de Jorge Verde, em 1965, a quinta de Linda-a-Pastora fora comprada por Manuel Baptista Verde e seu filho João Baptista (o cunhado e grande amigo do pintor Domingos de Sequeira) a 2 de Novembro de 1798.

(⁶) Já aqui residiam a 5 de Maio de 1861, data de nascimento de Jorge Verde, por isso baptizado na paroquial do Sagrado Coração de Jesus:



Casa da Rua dos Fanqueiros, n.º 9, com a fachada modificada, onde, no 3.º andar, residiu a família Verde antes de ir para o Salitre.

(⁷) Já dar, da Rua do Vale do Pereiro, ao Largo do Chafariz do Andaluz. Este Lázaro Verde é quase de certeza o mesmo referido na nota 3. Foi homem bastante rico, comerciante e proprietário. Mandou um filho à Universidade de Coimbra. Em certa medida o podemos chamar escritor, pela seguinte tradução: *Vida da Seráfica Santa Catarina de Génova, escrita pelos Veneráveis Catanes Maraboto e Heitor Veruzza, com a Doutrina Admirável contéuda no Insigne Tratado do Purgato-*

rio e no Diálogo entre o Corpo, Alma, Humanidade, Espírito e Deus, Compostos pela mesma Santa... e traduzido tudo do Italiano em Português por... Não foi publicada e o manuscrito, de 483 p. inumeradas, com uma estampa da santa, encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(⁸) Em 1865, conforme se vê numa planta de Lisboa, o seu local, à esquina da Travessa da Bela Vista, não estava ocupado por nenhum pré-

Prédio da rua das Trinas, n.º 36,
última residência citadina
de Cesário Verde.

Onde foi a loja,
Rua dos Fanqueiros, 2 a 8,
de José Anastácio Verde.

Casa no Paço do Lumiar
onde faleceu Cesário Verde
a 19 de Julho de 1886



dio, sendo talvez uma quinta. De resto, a grande casa que lá está é um exemplar típico de certa arquitectura do último quarto do século passado, com a sua cimalha guarnecida de cerâmica unicolor a um gosto que tanto pode ser oriundo do Brasil como de Macau. A prova documental da residência aqui da família Verde acha-se num registo de baptismo em que José Anastácio Verde foi o padrinho: o de um filho, João, de sua sobrinha D. Palmira Inocência Verde de Oliveira e de Carlos Augusto de Oliveira (o mesmo que dirigiu o funeral de Cesário), na paróquia da Encarnação, a 16 de Outubro de 1883 (Livro de Registos de Baptizados correspondentes a este ano, f. 204, n.º 132). De notar, já agora, que esse João, de seu nome civil completo João Carlos Verde de Oliveira, se formou em Medicina e foi estabelecer-se em Leiria. Evidenciou-se como coleccionador de arte.

(*) Transcrevo da *Obra Completa* de Cesário Verde, 2.ª ed., organizada, prefaciada e anotada por Joel Serrão, Portugal, 1970, p. 209. A carta foi primeiro publicada por Fialho de Almeida, *Vida Irónica*, 1893.

(15) O registo de óbito não indica a casa. A sua localização dá-a o anúncio do funeral de Cesário saído no *Diário de Notícias*. Quanto à equivalência entre os números de polícia antigos e actuais (para este e outros casos) consultei os arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, primeiro directamente e depois recorrendo à muita amabilidade do funcionário Sr. Morato, que pelo telefone me esclareceu algumas dúvidas.

Cesário Verde

(Assinatura de Cesário Verde)

100 ANOS DO MONUMENTO DOS RESTAURADORES

O Município de Lisboa não quis deixar de se associar às comemorações do 1.º centenário da inauguração do Monumento aos Restauradores, tal como se associou há cem anos à sua construção.

Entendeu, por isso, promover uma exposição documental e iconográfica alusiva ao tema, organizada pelo Arquivo Municipal em colaboração com a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, continuadora da Comissão Central do 1.º de Dezembro, promotora da erecção do obelisco.

A inauguração do Monumento aos Heróis da Restauração de 1640 ocorreu no dia 28 de Abril de 1886.

As cerimónias de descerramento do obelisco, culminaram 25 anos de um sinuoso processo, em que se empenhou a Comissão do 1.º de Dezembro de 1640. Foi a 25 de Agosto de 1861 que a comissão promotora da iniciativa iniciou a tarefa de erigir um obelisco em memória dos Restauradores da Independência, em 1640.

A ideia inicial (!) era erguer um pequeno padrão frente ao Palácio Almada, ao

Rossio, onde se reuniram os conspiradores.

Mas, situações diversas, entre as quais a possibilidade de incluir no monumento o monólito de Montes Claros, tornaram o local desapropriado. Assim, apesar de a Câmara Municipal ter procedido à terraplanagem e arranjo estético do largo, a Comissão Central acabou por optar por um outro espaço.

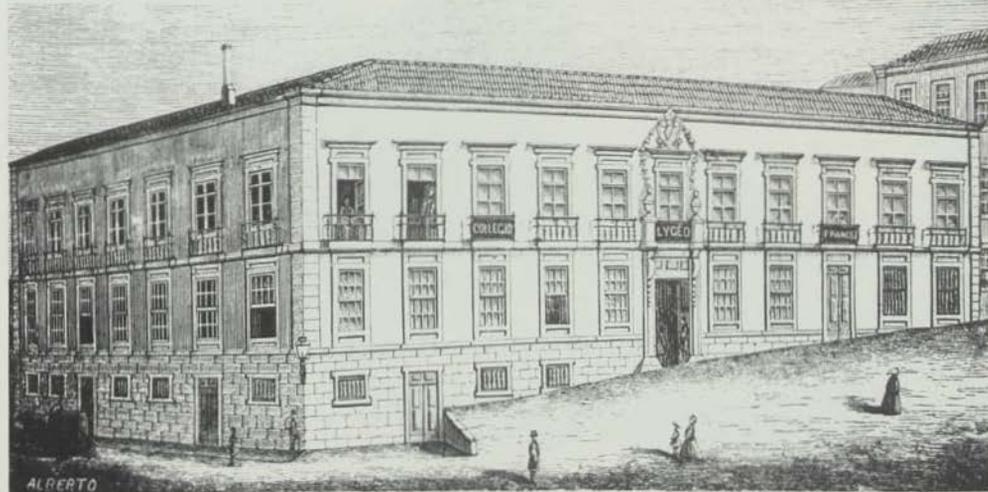
A decisão recaiu no antigo Largo do Passeio Público que, à data, se encontrava já condenado pela construção da futura Avenida da Liberdade, cujos projectos eram conhecidos desde 1870. (!)

Os planos previam que a mesma fosse precedida de uma praça, à semelhança da Praça da Concórdia em Paris.

Assim, decidiu a Vereação, na sua sessão de 14 de Outubro de 1875, aprovar a proposta da Comissão Central de ali construir o Monumento.

Tomadas as decisões definitivas, procedeu-se ao lançamento da 1.ª pedra. A cerimónia decorreu a 1 de Dezembro de 1875 e a ela compareceram inúmeras individualidades, além da Família Real.

O Monumento aos Restauradores de Portugal, Lisboa, 1885, p. 86-87





Gravura que representa a Praça dos Restauradores após a demolição do Passeio Público. (séc. XIX)
O monumento foi inaugurado no dia 28 de Abril de 1886.
(Des. J. Cristino – Grav. Alberto)

Estava concluída, podemos dizer, a 1.ª fase desta epopeia. Porém, a que se seguiu não foi menos atribulada do que aquela.

Para a construção do Monumento a Comissão abriu dois concursos públicos. Ao 1.º apresentaram-se 8 candidatas e ao 2.º mais 12. Porém, nenhum logrou satisfazer os requisitos de qualidade exigidos, pelo que, esgotada esta modalidade, decidiu a Comissão entregar a elaboração do projecto ao professor de Belas-Artes, António Tomás da Fonseca. (2)

Na sua sessão de 7 de Julho de 1877, a Comissão aprovou não só o trabalho de Tomás da Fonseca, como ainda a entrega da empreitada de construção a Sérgio Augusto de Barros pela quantia de 25 contos de réis.

Seis anos mais tarde o Monumento encontrava-se concluído.

A 16 de Agosto de 1883, foram colocadas as duas estátuas que ornaram as faces Norte e Sul do obelisco, obra dos escultores Simões de Almeida e Alberto Nunes, respectivamente, fundidas, por oferta do Governo, no Arsenal do Exército. (3)

O Passeio Público, vendo-se D. Fernando, segundo marido da Rainha D. Maria II





Praça dos Restauradores e Avenida da Liberdade

Nada impedia, assim, que se procedesse à sua inauguração; porém, tal cerimónia só se realizou quase três anos depois.

Em Novembro de 1882, encontrando-se o Monumento quase pronto, decidiu a Comissão Central marcar a inauguração para o dia 13 de Fevereiro do ano seguinte, data do tratado de paz com a Espanha.

A visita dos Reis Portugueses ao país vizinho e a demora na conclusão da praça em volta do obelisco forçaram ao primeiro adiamento.

A demora na conclusão das obras da nova Praça, por parte da edilidade, prendia-se essencialmente com a polémica em torno da demolição definitiva do Passeio Público que indecisões diversas impediam de se concretizar.

Ultrapassadas, porém, as dificuldades, marcou-se nova data.

A escolha recaiu no dia 20 de Março de 1885, mas também, desta vez, por

razões que se desconhecem, a cerimónia não teve lugar.

Um ano mais tarde, realizou-se, finalmente, a inauguração do Monumento dos Restauradores, a 28 de Abril de 1886.

A exposição retrospectiva que a CML agora levou a efeito procurou reunir o que sobre o assunto se encontrava disperso e, em alguns casos, muito degradado.

Não podemos deixar de salientar aqui o trabalho incansável que nessa pesquisa exerceu a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, possuidora, aliás, de imprescindível material documental e fotográfico, sem o qual a exposição teria naturalmente ficado incompleta.

Apoio e colaboração foram também prestados por inúmeras outras entidades e pessoas a quem, desde já, se expressa o mais sincero agradecimento, certos afinal de que assim se deu mais um pas-

so na salvaguarda e divulgação do património histórico-documental lisiponense. (1)

(1) Nesta data a Comissão Central do 1.º de Dezembro lançou uma circular à população em que se apresentavam os propósitos de erigir o Monumento.

(2) O 1.º projecto da Avenida foi apresentado à Câmara, em 1870, pelo Engenheiro Bartolomeu Dejante.

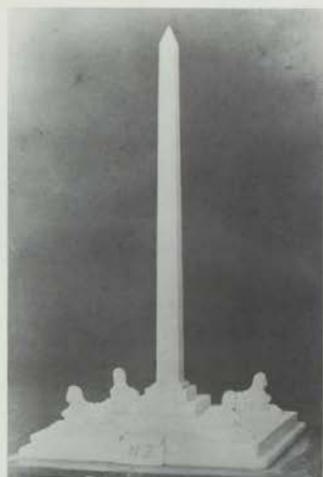
(3) A Sociedade Histórica da Independência de Portugal é detentora das reproduções fotográficas destes projectos, recentemente reproduzidos também para o Arquivo Fotográfico da CML. Dos projectos originais de Tomás da Fonseca não se conhece qualquer existência.

(4) As estátuas alegóricas representam a do lado Norte a Victória e a do Sul o Génio da Independência.

(5) Da exposição, realizada no Palácio Galveias de 1 de Dezembro de 1986 a 25 de Janeiro de 1987, elaborou-se o respectivo catálogo onde se procurou abordar de uma forma mais aprofundada a temática que envolveu todo este acontecimento.

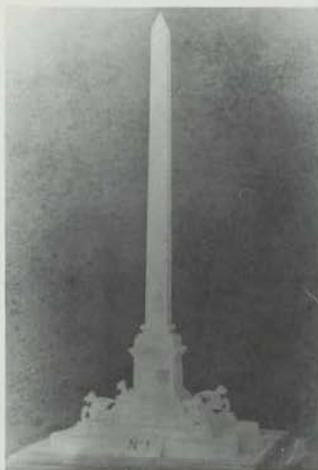
PROJECTOS
DOS DOIS
CONCURSOS
QUE SE FIZERAM
PARA A
CONSTRUÇÃO
DO
MONUMENTO (*)

1.º CONCURSO

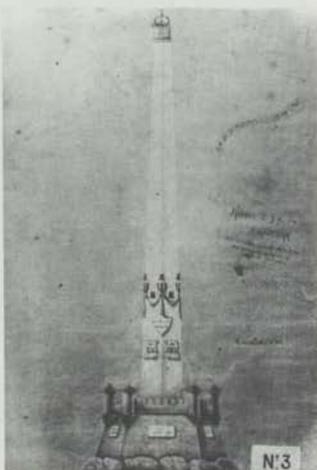


Projecto n.º 2

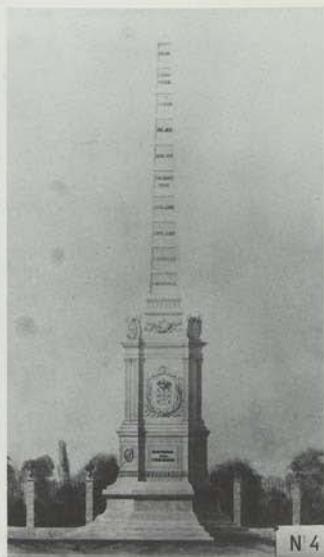
Projecto n.º 1



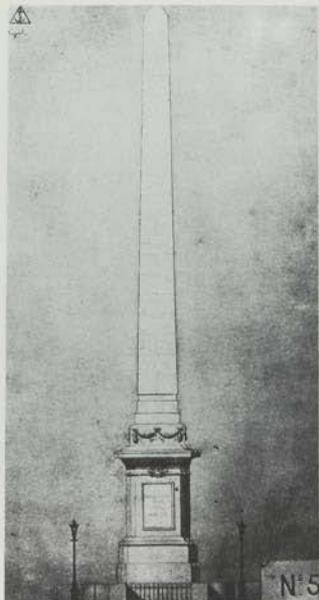
Projecto n.º 3



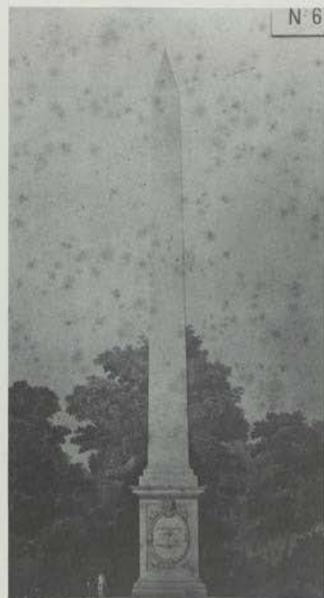
(*) Embora de deficiente qualidade, em virtude do mau estado de conservação dos originais que datam de há mais de 100 anos, julgou-se de interesse publicar estas fotografias.



Projecto n.º 4



Projecto n.º 5

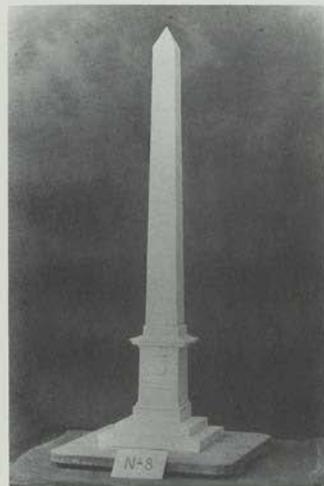


Projecto n.º 6

Projecto n.º 7



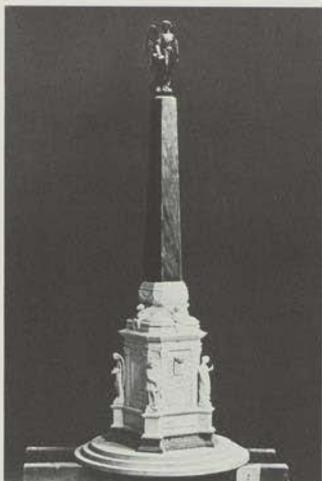
Projecto n.º 8



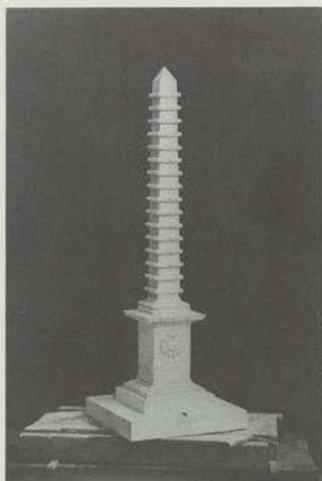
2.º CONCURSO



Projecto n.º 1



Projecto n.º 2

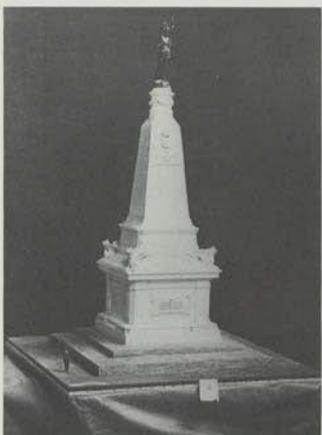


Projecto n.º 3

Projecto n.º 4



Projecto n.º 5



Projecto n.º 6

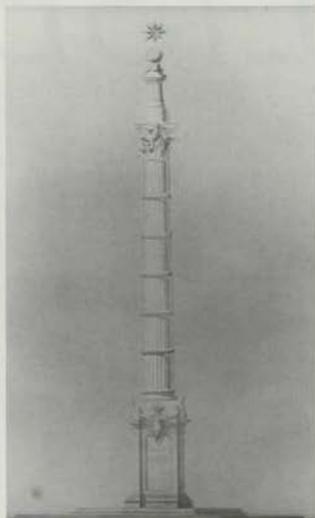




Projecto n.º 7



Projecto n.º 8



Projecto n.º 9

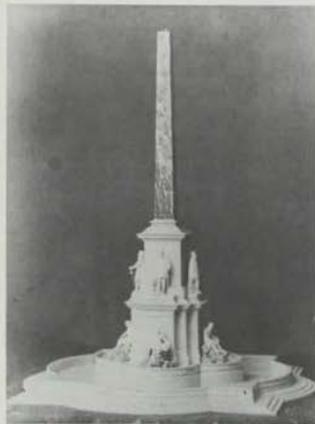
Projecto n.º 10



Projecto n.º 11



Projecto n.º 12





Paços do Concelho – 8 de Julho
Momento da assinatura do protocolo entre a CML
e a TAP-Air Portugal

CML E TAP INCREMENTAM TURISMO

O lançamento de campanhas promocionais conjuntas da Câmara Municipal de Lisboa, e da TAP-Air Portugal, com vista ao desenvolvimento do turismo no país, é um dos objectivos predominantes dum protocolo entre as duas entidades assinado no dia 8 de Julho, em cerimónia realizada nos Paços do Concelho.

Rubricaram o acordo o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e João Lencastre, Presidente da TAP-Air Portugal.

O acordo institui a obrigatoriedade de consultas mútuas em todas as acções promocionais que tenham Lisboa como referência e estabelece a necessidade de proceder ao lançamento de campanhas de promoção conjuntas, destinadas a motivar o desenvolvimento do tráfego turístico, negócios e congressos.

Estas acções que incidirão com especial destaque nas capitais dos países africanos de expressão oficial portuguesa, visam atenuar os efeitos sazonais actualmente existentes nos movimentos turísticos.

O protocolo institui ainda a obrigatoriedade de efectuar uma campanha promocional, com início em Novembro, destinada a fomentar a realização de viagens intercontinentais via Lisboa.

Por último, a TAP e a CML comprometem-se também a participar e apoiar conjuntamente eventos de natureza promocional a realizar no estrangeiro e a desenvolver a cooperação entre Lisboa e as cidades de países de expressão oficial portuguesa e de outras que tenham acordos de geminação com Lisboa e que sejam, simultaneamente, destino da TAP.

POSSE DE VOGAL DA ADMINISTRAÇÃO DA EPUL

Em cerimónia realizada no dia 8 de Julho, nos Paços do Concelho, o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis deu posse ao Eng.º Hasse Ferreira do cargo de vogal do Conselho de Administração da EPUL, para que fora eleito pela Câmara na sua sessão de 8 de Abril.

Joel Hasse Ferreira, Engenheiro Civil pelo IST, foi Vereador da Câmara, de Janeiro de 1983 a 1985, e deputado à Assembleia da República de Maio de 1983 a Outubro de 1985. Como deputado integrou as Comissões Especializadas Permanentes de Economia, Finanças e Plano, Administração Interna e Poder Local e de Equipamento Social e Ambiente.

Desde Dezembro de 1983 é Assistente Convidado da Universidade Nova de Lisboa.

Enquanto Vereador desta Câmara presidiu aos trabalhos da Comissão encarregada de analisar os projectos de Concepção e Construção do Sistema Interceptor de Esgotos da Cidade de Lisboa, seu Tratamento e destino final.

Paços do Concelho – 8 de Julho

O Eng.º Joel Hasse Ferreira
no uso da palavra,
após tomar posse do cargo de vogal
do Conselho de Administração da EPUL



ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES

Um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores em que são fixados os parâmetros de colaboração a prestar pelo Município àquela Instituição, nos sectores da educação, reabilitação terapêutica, orientação vocacional e formação profissional, foi assinado no dia 17 de Julho, em cerimónia realizada nos Paços do Concelho, com a presença do Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e da Direcção da Liga, Dr.º Guida Faria.

O protocolo, tendo em linha de conta, não só as perspectivas inovadoras de integração que definem a Liga como um Centro de Recursos Sociais com programas abertos à comunidade, mas também o seu potencial técnico e material e, por outro lado, as potencialidades do Município, define especificamente as áreas da actuação daquela Instituição no campo da reabilitação quando solicitadas pela CML e as acções de apoio do Município aos projectos da Liga, na medida em que lhes reconheça interesse.

Paços do Concelho – 17 de Julho

Aspecto da cerimónia de assinatura do protocolo de cooperação firmado entre a CML e a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores. Rubricaram, respectivamente, o Eng.º Nuno Abecasis e a Dr.º Guida Faria



CENTENÁRIO DA FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO E S. LOURENÇO

Por ocasião da passagem do Centenário da Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço, a Câmara de Lisboa e a respectiva Junta levaram a efeito de 18 a 20 de Julho um conjunto de actividades comemorativas do evento, nomeadamente uma noite de fado, uma corrida infantil e um concerto pela Banda Recreativa de Bucelas.

A Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço resultou da fusão, em 1886, de duas freguesias: a de S. Cristóvão, existente desde 1242 e a de Santa Maria de Alcamim e S. Lourenço, criada em 1209 ou 1229.

Segundo o «Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890» existiam na freguesia 1075 fogos para 4446 residentes. Contudo, os primeiros elementos quanto à população de cada uma das freguesias, data de 1551, um censo elaborado por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, guarda-roupa do Arcebispo de Lisboa, que atribui 1687 pessoas à freguesia de S. Cristóvão e 526 à de S. Lourenço. Actualmente encontram-se recenseadas cerca de 2800 pessoas com uma média de idades que ronda os 50 anos.

Nesta freguesia, no imóvel onde hoje se encontra instalada a Associação dos Empregados do Comércio, reedificado sobre o Palácio dos Condes de Avelras, assentaram nos séculos xv e xvi, os Paços de S. Cristóvão, local onde se realizaram as pomposas festas do casamento de D. Leonor com o Imperador Frederico III da Alemanha e também onde nasceu o príncipe D. Afonso, filho de D. João II. Aquando do terramoto de 1755, todas as riquezas existentes no Paço desapareceram, salvando-se apenas a livraria.



Atingida pelo terramoto, a Igreja de S. Cristóvão foi reedificada e o seu aspecto actual data de 1839

Também a Igreja de S. Cristóvão, que data de um período que se pode comportar entre 1308 e 1337, foi atingida pelo terramoto, escapando apenas o corpo central. Em 1738 estava reedificada mas o seu aspecto actual data de 1839, ano em que foi objecto de nova reconstrução.

Figura popular desta freguesia no princípio do século foi sem dúvida o «Tio João dos Bolos» que na Rua do Regedor tinha aberta ao público uma pastelaria que toda a Lisboa amante de guloseimas bem conhecia. Entre os fregueses figuravam os Duques de Palmela, a Condesa de Cuba, o Barão do Linhão e o Marquês de Ponte de Lima. No mesmo local, em meados do século xviii, também António Simões, mestre pasteleiro, tinha aberta ao público uma loja idêntica.

Hoje, ainda existe a casa, o n.º 7 na Rua do Regedor, onde se pode observar o forno transformado em arrecadação de um estabelecimento de material de indústria de calçado.

**GRUPO DE CARNIDE
VENCE FESTIVAL
DE TEATRO AMADOR**

O Grupo de Teatro de Carnide, com a peça «A Casa de Bernarda Alba», de Garcia Lorca, foi o vencedor da edição do Festival de Teatro Amador do corrente ano, que decorreu no Teatro de S. Luiz, de 14 a 24 de Julho.

O Grupo de Carnide conquista, assim, pela 5.ª vez, em seis edições, o 1.º prémio do Festival, uma iniciativa da Câmara de Lisboa destinada a incentivar o Teatro nas Colectividades de Cultura e Recreio e Grupos Amadores do Concelho.

Em 2.º lugar classificou-se o G.O.T.A. (Grupo Oficina de Teatro Amador) e, em 3.º lugar, ex-aequo, o Grupo de Teatro do Sporting Clube de Portugal e o Grupo de Teatro «É um Prazer».

O júri foi constituído por João Matos e Silva (Presidente), Alma Flora, Alexandre Ribeirinho, Joaquim Luis Gomes, Francisco Sousa Neves e Nuno Miguel Pedroso.

Momentos da representação da peça
«A Casa de Bernarda Alba»
com que o Grupo de Teatro de Carnide
venceu o Festival de Teatro Amador
de 1986





CARRIS FORMA MOTORISTAS DA CML

Realizou-se no dia 31 de Julho, nos Paços do Concelho, a cerimónia de assinatura de um Protocolo de Acordo entre a CML e a CARRIS que estabelece os princípios de cooperação, na área da formação de motoristas de veículos pesados do Município, a prestar por aquela empresa pública de transportes no decurso dos próximos três anos.

Esta acção de formação abrangerá todos os motoristas de veículos pesados da CML, quer sob a forma de reciclagem dos profissionais já em funções, num total de 200, quer sob a modalidade de formação inicial para motoristas recém-admitidos. Nos termos do protocolo assinado, a Câmara dispõe de um crédito anual de 566 horas de formação.

O Protocolo foi rubricado pelo vogal do Conselho de Administração da CARRIS, António José Proença e pelo Presidente Substituto Dr. Lívio Borges, por parte da CML. Este, salientou a propósito, que o acordo corresponde a uma acção de continuidade, no âmbito da formação profissional, na linha da colaboração que vem sendo desenvolvida pela Câmara com outras entidades, nomeadamente com a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, Fundo Social Europeu, Secretaria de Estado da Juventude e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Cerca de 200 motoristas da CML serão abrangidos por esta acção de formação. Na foto, o Centro de Instrução da CARRIS, em Mirallores

Paços do Concelho – 31 de Julho
Cerimónia da assinatura do protocolo de acordo, na área da formação de motoristas, entre a CML e a CARRIS



ESCUTEIROS ACOMPANHAM JOVENS TURISTAS

No âmbito do projecto de Ocupação de Tempos Livres e por iniciativa do Corpo Nacional de Escutas, setenta jovens dos 18 aos 24 anos colaboraram com os Serviços de Turismo da Câmara no acompanhamento e apoio a jovens turistas que visitaram Lisboa, nos meses de Julho e Agosto.

Este novo esquema de recepção, inovador a nível europeu, proporcionou acolhimento a cerca de 14 mil jovens turistas estrangeiros. A partir de um «stand» montado na Estação de St.ª Apolónia, estes jovens foram informados sobre albergues de juventude, locais de refeição, acontecimentos culturais da cidade, transportes, etc.

Além da prestação de informações, os jovens acompanharam, ainda, os visitantes estrangeiros em deslocações a museus, monumentos ou em percursos turísticos.

Aspecto do «stand»
montado na Estação de St.ª Apolónia
onde os jovens turistas puderam
colher todo o tipo de informação
sobre Lisboa



ESCOLA DE CALCETEIROS

Em cerimónia realizada nos Paços do Concelho, no dia 1 de Setembro, a Câmara Municipal de Lisboa e a Casa Pia de Lisboa assinaram um protocolo de acordo que estabelece os princípios de cooperação na formação técnico-profissional, dentro da área da Calcetaria, constituindo-se, assim, a Escola de Calceteiros, apoiada pelo Fundo Social Europeu.

O acordo foi rubricado por parte da CML, pelo Presidente Substituto, Dr. Lívio Borges e pelo Provedor da Casa Pia, Dr. Luís Manuel Martins Rebelo.

É o seguinte o texto do Acordo:

ACORDO DE COOPERAÇÃO ESCOLA DE CALCETEIROS - FUNDO SOCIAL EUROPEU

Entre a Câmara Municipal de Lisboa, com sede na Praça do Município e representada pelo Presidente Substituto, Dr. Lívio Borges e a Casa Pia de Lisboa, com Provedoria na Avenida do Restelo, n.º 1, em Lisboa, representada pelo Provedor Dr. Luís Manuel Martins Rebelo é celebrado o seguinte acordo:

1. As duas partes, reconhecidas as mútuas vantagens, acordam em ministrar no Colégio D. Maria Pia, da Casa Pia de Lisboa, formação técnico-profissional na área de calceteiros, constituindo-se a Escola de Calceteiros, apoiada pelo Fundo Social Europeu.

Para tanto:

2. A Casa Pia de Lisboa cede as necessárias instalações no seu Colégio D. Maria Pia para a formação teórica e prática do Curso da área referida, ficando as obras e encargos de adaptação e estruturação dessas instalações à responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

3. A Câmara Municipal de Lisboa obriga-se:

a) Colocar nas instalações cedidas no Colégio D. Maria Pia todo o equipamento (máquinas, utensílios e ferramentas) para a formação técnica dos calceteiros.

b) Fazer a manutenção do equipamento instalado e proceder, quando necessário, à sua substituição.

c) Proceder ao fornecimento de todo o material escolar indispensável para o bom funcionamento das aulas teóricas e, bem assim, o material para o apetrechamento da oficina de apoio.

d) Contratar o pessoal docente e monitores necessários para ministrar o Curso, suportando os respectivos encargos com o apoio do Fundo Social Europeu.

4. Todo o equipamento (máquinas, ferramentas e utensílios) que venha a ser colocado, mediante inventário, nas instalações da Casa Pia pela Câmara Municipal, é cedido a título precário, mantendo-se propriedade desta.

5. No caso de se verificarem alguns danos no equipamento, será considerada, como responsável, a parte sob cuja tutela estiver o causador dos danos.

6. Não sendo possível identificar o causador dos danos, as partes acordantes assumem a responsabilidade em proporção ao número de educandos de cada uma das partes.

7. Os alunos do curso ficarão cobertos por um seguro contra acidentes, à responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

8. A admissão de formandos no curso será limitada a 24, neles incluídos os indigitados pela Casa Pia de Lisboa, em número não superior a 25% do total, salvo a existência de vagas.

9. Os docentes, monitores, contratados e os formandos, quando dentro das instalações do Colégio D. Maria Pia, conformar-se-ão com as directivas institucionadas vigentes e com os horários praticados.

10. Quando, no âmbito do presente acordo, houver matéria a regulamentar, incluindo os programas do curso, tal incumbirá aos representantes das duas partes signatárias do acordo ou delegados seus para o efeito devidamente credenciados.

11. O acordo terá a duração inicial de um ano contado a partir da data da assinatura e renovável por períodos sucessivos de igual tempo, se não for denunciado por qualquer dos acordantes, por carta registada, com aviso de recepção pelo menos, com noventa dias antes do termo do acordo ou das suas prorrogações.

12. Em caso de litígio no cumprimento do presente acordo a solução será encontrada por consenso entre as partes acordantes.

Paços do Concelho – 1 de Setembro
Momento de assinatura do protocolo de cooperação,
na área de calcetaria,
entre a CML e a Casa Pia de Lisboa

Colégio D. Maria Pia. Escola de Calceteiros
Jovens alunos aprendem a difícil arte da calcetaria
que urge preservar em Lisboa



TEATRO ANIMA JARDINS E PRAÇAS DE LISBOA

Vários espectáculos de teatro, na sua maioria dedicados às crianças, animaram os jardins e praças da cidade durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, no âmbito duma acção desenvolvida pela Câmara Municipal de Lisboa.

Assim, o Grupo de Teatro brasileiro «Feliz Meu Bem», apresentou de 16 a 20 de Julho no Jardim do Príncipe Real, Torre de Belém, Castelo de S. Jorge, Rossio e Jardim da Estrela, a peça «O Mistério do Boi Surubim», espectáculo montado com base nas tradições populares do Bumba-Meu-Boi, manifestação folclórica muito difundida no nordeste brasileiro.

De 19 a 27 de Julho, o Grupo de Teatro MAIZUM apresentou a peça, de Javier Villafane, «A Rua dos Fantasmas», no Campo Grande, Castelo de S. Jorge, Alfama e Jardim do Príncipe Real.

No cenário original que são as Ruínas do Convento do Carmo, o Grupo de Teatro das Quatro Estações, de Leiria, apresentou ao público de Lisboa em 17 de Julho a peça «Retábulo da Peste», de Ingmar Bergman, um espectáculo único concebido para um local onde habitualmente o teatro não acontece.

Local privilegiado e natural miradouro de Lisboa, o Castelo de S. Jorge foi, de 14 a 17 de Agosto, palco de um conjunto de espectáculos denominados «Viva Lisboa — no Castelo de S. Jorge». Para esta iniciativa do Município, a Companhia de Dança de Lisboa preparou e apresentou um programa único especialmente para as características do local. Participaram ainda a Banda Musical e Artística da Charneca, diversos fadistas, um Grupo de Palhaços e os Mágicos Sotam e Marelita.

Por último, no mês de Setembro, o Grupo de Teatro «Os Saltimbancos» apresentou no Jardim da Estrela e no Castelo de S. Jorge, um espectáculo inédito dedicado às crianças, composto pela peça de fantoches «Na Loja do Mestre André», uma parolha de palhaços e ainda ilusionismo.

Castelo de S. Jorge — 14 de Agosto
Aspectos da actuação da Companhia de Dança de Lisboa
no decurso do espectáculo
«Viva Lisboa — no Castelo de S. Jorge»





CÂMARA PRESERVA A AVENIDA DA LIBERDADE

Uma Comissão de Urbanismo que incluirá técnicos municipais e entidades externas à Câmara, irá proceder à análise global dos estudos, planos e projectos definitivos para a área da Avenida da Liberdade, deliberou o Executivo na sua reunião de 14 de Julho.

Esta Comissão terá a seu cargo a inventariação dos edifícios cujo valor arquitectónico, no todo ou nas fachadas, aconselhem a sua preservação e esta se torne economicamente possível mediante a aplicação de novas tecnologias.

Entretanto, só serão admitidas novas demolições e reconstruções depois de, na respectiva área, a Comissão ter dado por terminadas as suas tarefas, à excepção daquelas que venham a ser determinadas por razões de emergência a ordenar por deliberação camarária.

No âmbito da proposta aprovada a Câmara vai solicitar ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil o estudo hidrogeológico da zona, nomeadamente no que se refere às incidências nocivas que, sobre a estabilidade das encostas envolventes poderá ter a construção de caves nos edifícios.

Por regulamentação a elaborar é determinado que qualquer construção a levar a cabo na zona deverá ter, obrigatoriamente, uma percentagem adequada dedicada a fins habitacionais para evitar a desertificação da área.

Por último, será submetido a discussão pública um plano de esplanadas a instalar na Av. da Liberdade no sentido de se esclarecer qual a sua melhor localização.

Aspecto geral da Praça dos Restauradores e Av. da Liberdade, a artéria mais nobre da cidade

A inventariação dos edifícios a preservar será um dos objectivos da Comissão de Urbanismo ora criada



REIS DA SUÉCIA VISITAM LISBOA

Por ocasião da sua visita a Lisboa, Suas Majestades o Rei Carlos Gustavo XVI e a Rainha Sílvia da Suécia foram agraciados com a Chave de Honra da Cidade, em cerimónia realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 30 de Setembro. Presentes o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e membros da Vereação.

Após referir os laços históricos existentes entre os dois povos, o Eng.º Nuno Abecasis no seu discurso salientou:

«Hoje, mais do que nunca, é importante que a Europa assuma, sem complexos e com espírito de solidariedade para com todos os povos do mundo, o que signifique em valor civilizacional, para que assim possa estar preparada para dar o contributo que dela se espera; para o estabelecimento da paz e do desenvolvimento equilibrado de toda a humanidade.

Para que tanto aconteça, é indispensável que a Europa seja, em si mesma, solidária e é para o reforço dessa solidariedade que, certamente, Vossas Majestades hoje nos visitam».

Em resposta, o Rei Carlos Gustavo XVI salientou a cordialidade e hospitali-

dade portuguesas realçando as belezas de Lisboa. A propósito, referiu:

«Na sua Cidade sente-se profundamente o passado histórico. O solo das margens do rio Tejo foi pisado por muitos povos, que deixaram vestígios na vossa rica cultura e nas vossas tradições.

Desejo expressar-lhes, aos habitantes de Lisboa e a si, um voto de prosperidade e de esperança, que a beleza de Lisboa seja conservada durante o desenvolvimento dinâmico que agora atravessou e está para atravessar».

Paços do Concelho – 30 de Setembro

Cerimónia de entrega
da Chave de Honra da cidade
aos Reis da Suécia.

Na foto, o momento de troca de presentes

Aspecto geral da sessão de boas-vindas
a Sua Majestade



HOMENAGEM A MARIA MATOS

Por iniciativa da CML realizou-se em 29 de Setembro um espectáculo destinado a prestar homenagem à memória da notável actriz Maria Matos, a propósito da passagem do centenário do seu nascimento.

O espectáculo decorreu no Teatro Municipal que tem o nome da actriz e contou com a adesão e colaboração de todos os meios artísticos, literários e musicais, cujas figuras de relevo realçaram o nome daquela que, ao longo de uma carreira brilhante, fez escola e hoje ainda é recordada com saudade através da obra legada.

De entre os numerosos colaboradores estiveram presentes César de Oliveira, Francisco Rebelo, Pavão dos Santos, Lopes Ribeiro, Varela Silva, Assis Pacheco, Henrique Santana, Eunice Muñoz, Mariana Rey Monteiro e Maria Helena Matos.

O espectáculo contou ainda com a actuação do Coral Luísa Todi, D. Vicente da Câmara e Teresa Tarouca. O programa incluiu, também, uma exposição documental e fotográfica da homenageada.

Teatro Maria Matos – 29 de Setembro
Espectáculo de homenagem
à actriz Maria Matos.
Momento da actuação do Coral Luísa Todi



Paços do Concelho – 24 de Julho
Aspecto da cerimónia de assinatura
do protocolo de utilização
do Teatro Municipal Maria Matos
pela Companhia do Teatro Maria Vitória

CÂMARA CEDE TEATRO MARIA MATOS À COMPANHIA DO TEATRO MARIA VITÓRIA

«Fazer teatro não é diletantismo. É um trabalho sério e nobre, que envolve a coisa mais importante que há a fazer no nosso país: a promoção cultural do povo português», salientou o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, no decurso da cerimónia de assinatura do protocolo de utilização do Teatro Municipal Maria Matos pela Companhia do Teatro Maria Vitória, que teve lugar nos Paços do Concelho, no dia 24 de Julho.

A cedência do Maria Matos à Companhia do Maria Vitória, representada na cerimónia pelos empresários Ausenda Bastos e Helder Costa, é feita por um período de seis meses renováveis por períodos de três meses, e tem em vista assegurar o funcionamento da empresa até à reconstrução do Maria Vitória, parcialmente destruído por um incêndio ocorrido no dia 10 de Maio.



CÂMARA APROVA ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES

Em sessão extraordinária realizada no dia 14 de Julho, a Câmara de Lisboa deliberou aprovar o Orçamento e o Plano de Actividades para o corrente ano.

A Câmara espera arrecadar, neste ano financeiro, uma receita da ordem dos vinte milhões de contos, acrescida de quinhentos e quinze mil contos de saldo da Gerência de 1985.

As despesas correntes estão orçadas em cerca de dez milhões e setecentos mil contos sendo sete milhões e setecentos mil contos a verba afectada às despesas com o Pessoal do Município.

As verbas para investimentos inscritas no Plano de Actividades orçam os onze milhões e seiscentos e oitenta mil contos, o que representa um acréscimo de um milhão e duzentos mil contos relativamente ao ano anterior.

Aproximadamente 62% das verbas para investimentos, ou seja sete milhões e trezentos e trinta mil contos, estão afectos aos programas de «melhoria das condições de habitação e urbanização» e «redução do tempo gasto nos transportes».

Quanto ao primeiro destes programas a Câmara prevê dispendir cerca de quatro milhões e seiscentos e quarenta mil contos para prosseguir os diversos programas de construção de habitações sociais e reparação de fogos, infra-estruturas necessárias e arranjo dos espaços envolventes.

Para a recuperação de edifícios habitacionais tanto de propriedade do Município, como de particulares, no âmbito do PRID — Programa de Recuperação de Imóveis

Degradados está previsto o dispêndio de cerca de duzentos e noventa mil contos.

Para a construção, remodelação e conservação da rede viária da cidade está afectada uma verba de cerca de dois milhões e setecentos mil contos.

A construção do Sistema Interceptor de Esgotos e seu Tratamento irá absorver, no corrente ano, uma verba próxima de um milhão e duzentos mil contos.

Para os restantes objectivos do Plano de Actividades a afectação de verbas está assim distribuída:

	Contos
— Melhoria das condições de abastecimento	358 900
— Desenvolvimento cultural dos cidadãos (animação cultural urbana, divulgação cultural e defesa do património)	252 600
— Melhoria das condições de ambiente, limpeza urbana, arquitectura paisagista, espaços verdes e de circulação	882 800
— Valorização das belezas da cidade, infra-estruturas e fomento turístico	154 700
— Higiene Urbana, cemitérios e sistema interceptor de esgotos	1345 900
— Garantir a segurança dos cidadãos	192 000
— Equipamento e fomento desportivos	87 700
— Melhoria das condições sociais dos cidadãos	396 000
— Instalações, organização e funcionamento dos serviços e Juntas de Freguesia	676 900

Pormenor de construção de habitação social em Chelas



CÂMARA INCENTIVA CONGRESSOS

A promoção da cidade de Lisboa como centro de congressos, reuniões, feiras e exposições e o fomento da realização na capital deste tipo de actividades, são os principais objectivos do GICOL — Gabinete de Incentivos e Congressos de Lisboa, associação a que a Câmara de Lisboa deliberou aderir no dia 15 de Setembro, sob proposta do Vereador do Pelouro do Turismo, Dr. Vítor Gonçalves.

O GICOL será um Agente promotor para maximizar a utilização das infra-estruturas e serviços ora existentes na área da cidade de Lisboa destinadas a este tipo de mercado que nas duas últimas décadas, de entre os grandes movimentos de natureza turístico-económica-cultural, têm ganho peso cada vez mais significativo.

A direcção desta Associação, da qual podem fazer parte as entidades públicas com responsabilidades no sector do turismo, as empresas públicas e as associações de agentes económicos que desenvolvem a sua actividade no mesmo sector, será presidida pela Câmara Municipal de Lisboa.



PARQUES PRIVATIVOS DE ESTACIONAMENTO TÊM NOVA REGULAMENTAÇÃO

A utilização de parques privados de estacionamento ficará sujeita a licenciamento camarário nos termos de um projecto de postura apresentado pelo Vereador do Pelouro do Trânsito, Eng.º Ma-

galhães Pacheco e aprovado pela Câmara na sua reunião de 7 de Julho.

A nova regulamentação prevê uma tarifa uniforme tendo por base o custo de instalação e o pagamento de uma tarifa de aluguer anual por cada lugar de 250, 120 e 90 contos, respectivamente, consoante a área em que os mesmos se inserem.

Deste modo, está sujeita ao pagamento de tarifa máxima de aluguer anual

(250 contos, por lugar), a concessão de estacionamento privativo na malha viária que integra entre outros, os seguintes arruamentos:

Av. 24 de Julho, Largo de Santos, Praça e Rua de S. Bento, Av. Pedro Álvares Cabral, Av. Infante Santo, R. D. Pedro V, Príncipe Real, Largo do Rato, R. da Misericórdia, Alameda D. Afonso Henriques, Av. João XXI, Av. de Roma e Praça de Londres.

A tarifa média (120 contos) será cobrada entre outros, nos arruamentos interiores à malha viária sujeita à tarifa máxima.

Esta postura tem em vista desincentivar a utilização deste tipo de estacionamento exclusivo, reabilitando as garagens de inúmeros edifícios para o fim com que foram instaladas. Por outro lado, enquadra-se dentro de uma perspectiva mais vasta de uma política geral de estacionamento na cidade a que se seguirão outras propostas, designadamente a da tarifação de estacionamento nas zonas de maior procura.

A tarifa de aluguer não será aplicada ao estacionamento privativo destinado a deficientes, corporações de bombeiros, sedes de juntas de freguesia e de instituições de solidariedade social e ainda das sedes nacionais e distritais dos partidos políticos e das centrais sindicais.

ALARGADA UTILIZAÇÃO DOS CORREDORES «BUS»

Em sessão extraordinária realizada no dia 24 de Julho, a Câmara de Lisboa deliberou alargar a utilização das vias e dos corredores de circulação «Bus», que assim passam a ser extensivos a todos os transportes particulares com a lotação superior a 20 lugares em serviço do público.

Estão neste caso transportes de carreira regular ao serviço de Instituições e Serviços Públicos, transporte de pessoal de companhias e empresas ao serviço de colégios e escolas, transportes com objectivos turísticos e veículos de transporte de pessoal militar ou militarizado.

A proposta ora aprovada foi subscrita pelo Vereador do Pelouro do Trânsito, Eng.º Magalhães Pacheco.



